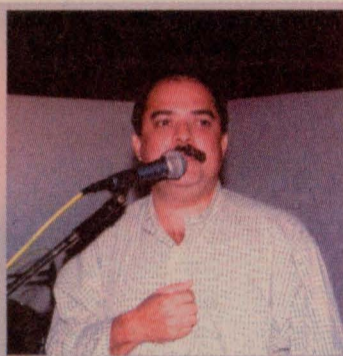


A CLASSE OPERÁRIA



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Ano 74 - nº 184 - 20 de janeiro 2000 - R\$ 1,00

Garantir a unidade política nas eleições municipais



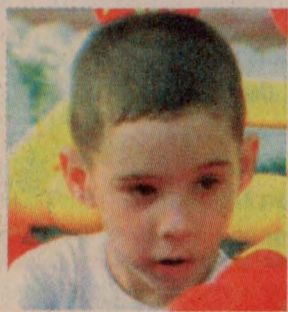
Piauí tem o primeiro governador comunista do país

O Estado do Piauí tem o primeiro governador comunista dentre os Estados brasileiros. O vice-governador Osmar Ribeiro de Almeida Júnior, do PCdoB, foi empossado dia 16 de janeiro e ficará à frente do Executivo Estadual por uma semana, período em que o governador Mão Santa (PMDB) estará no Exterior.

Osmar Júnior, 40 anos, é bacharel em direito, foi presidente do DCE da UFPI, vereador de Teresina e presidente do Diretório Regional do PCdoB. Como vice governador, trabalha com a equipe econômica estadual na atração de investimentos industriais para o Piauí e tem defendido a atualização dos salários dos servidores públicos.

Nos dias em que ficará no governo, o comunista deverá visitar obras, fazer reuniões com o secretariado, receber parlamentares e representantes de entidades populares, além de viajar para municípios do interior.

Em sua posse, Osmar Júnior lembrou que "para o PCdoB, que em seus 78 anos de existência sempre esteve na linha de frente da luta pelos direitos do povo brasileiro, é um momento de alegria".



Refém cubano nos EUA

Elián González, de apenas 6 anos, virou munição do ataque dos anti-castristas contra Cuba, nos Estados Unidos. Criminosos cubanos seqüestraram o menino e tentam impedir sua volta ao lar.

Leia na página 8

RENATORABELO*

Os partidos que compõem a frente oposicionista devem buscar o máximo de unidade nas articulações eleitorais de 2000. Com este pensamento, dirigentes do PCdoB realizaram encontros com o PT e PSB e agendaram reuniões com o PDT e outros partidos neste início de ano. João Amazonas, Miguel Arraes, José Dirceu e Lula já trocaram opiniões sobre o assunto, e destacaram a necessidade de levarmos adiante a mobilização popular em torno do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho.

O Manifesto é o ponto de encontro dos partidos oposicionistas. Ele denuncia a situação atual, de crise, vivida pelo país, e propõe um novo caminho de desenvolvimento para o Brasil. Por isso, cabe à oposição divulgar esse documento da forma mais ampla e variada possível. Torná-lo conhecido dos mais vastos setores da população. Organizar os brasileiros em torno de suas propostas.

Harmonizar objetivos

Foi com essa visão que as direções partidárias oposicionistas abordaram as eleições que ocorrerão este ano. Por serem municipais, existe uma forte tendência à pulverização. A força dos interesses locais pode se impor nas atividades dos candidatos e da militância. Nossa meta é, portanto, harmonizar os grandes objetivos nacionais das oposições aos interesses locais, às pretensões políticas nos municípios. Não tem sentido estarmos unidos na grande política, termos interesses comuns para a defesa do país, e no entanto estarmos desunidos nas batalhas cotidianas, locais. Tal situação prejudicaria a frente oposicionista.

Contudo, sabemos que não é possível a realização de uma coligação única, em todos os municípios. Os partidos também disputam por espaços próprios. Buscam fortalecer suas fileiras e representatividade. Por isso, devemos buscar uma convivência para os pleitos municipais, um espaço de disputa, mas também de entendimentos. Criar condições, inclusive, para a imprescindível unidade no segundo turno, onde ele ocorrer. Os nossos avos devem ser as forças reacio-



Dirceu, Lula e Arraes, em reuniões com dirigentes do PCdoB

nárias locais e o governo de Fernando Henrique Cardoso, garantindo também a abordagem das grandes questões nacionais no pleito municipal. Afinal, todos sabemos que uma das metas do governo neoliberal tem sido a centralização do poder na esfera federal, golpeando sucessivamente a autonomia e o orçamento das unidades da Federação.

Para aprofundar essas questões, a frente oposicionista deve realizar uma reunião na primeira quinzena de fevereiro – esta proposta está sendo levada ao PDT. Ao mesmo tempo, as executivas nacionais do PCdoB e do PT realizarão conversações buscando uma ação mais próxima nas disputas eleitorais das capitais e principais cidades brasileiras.

Ofensiva governamental

Essa busca de aprofundamento da unidade é, na opinião dos comunistas, uma tarefa inadiável. Do final do ano passado para cá, o governo de Fernando Henrique Cardoso desencadeou um grande esforço de retomar a iniciativa política, para enfrentar o crescente desgaste que vem sofrendo diante da opinião pública. Fernando Henrique orquestrou, com os grandes meios de comunicação, uma série de ações visando ocupar o noticiário com uma visão otimista da situação política e econômica. Uma falsa euforia no sentido de

que "o pior já passou" e de que "no ano 2000 será retomado o desenvolvimento".

Em queda livre nas pesquisas de opinião, o presidente da República tenta encobrir a realidade de dificuldades impostas ao povo pela sua política neoliberal, e tenta recompor a base de sustentação governista. Assim como fez para aprovar a emenda que garantiu sua reeleição, vale-se da compra e do favorecimento político para fazer passar suas propostas antidemocráticas e centralizadoras no Congresso.

Em resposta a essa ofensiva publicitária, temos de impedir que se criem ilusões que atrasem o processo de desmascaramento desse governo entreguista, envolvido em seguidas denúncias de irregularidades e corrupção. A instabilidade e a inconstância são características do governo FHC. Os ciclos de dificuldades econô-

micas sucedem-se e aprofundam-se. Fazem parte da natureza do regime neoliberal, adotado pelo governo. O crescimento constante da dívida pública, a desnacionalização de setores cada vez mais amplos da economia, a dependência criminosa do país em relação ao capital internacional tornam o Brasil mais e mais vulnerável. O governo é o executor de uma política antinacional, submissa aos interesses dos monopólios internacionais. Nada garante que mais uma vez, este ano, ocorra uma crise financeira internacional e que seu impacto seja desastroso para o nosso país.

O Brasil empobrece e amarga o desemprego, mas a remessa ao exterior de lucros, dividendos e os pagamentos de juros têm sido fortemente crescentes (de 11,3 bilhões em 1990 para 18 bilhões – média dos últimos três anos). Fernando Henrique foi fazer demagogia nas regiões afetadas pelas enchentes devido às chuvas, mas logo em seguida foi denunciado que seu governo, em 1999, não repassou as verbas destinadas à prevenção de cheias. O presidente alardeia que tem investido em saúde, mas é desmentido pela volta de doenças que já há muito estavam debeladas, como a febre amarela – por falta de uma política mínima de prevenção!

Não há como dissociar as grandes dificuldades vividas pelo nosso povo da política desastrosa imposta por FHC ao país, atendendo aos interesses do capital internacional. Aprofundar a unidade entre os democratas e os patriotas e ampliar a organização popular é um dever fundamental das oposições em um ano que terá nas eleições municipais um grande marco do calendário político.

*vice-presidente do PCdoB

Oposição prepara agenda unificada

As entidades que compõem o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania reuniram-se no dia 17 de janeiro, em São Paulo, para planejar suas atividades neste semestre.

Entre outras deliberações, foi aprovada a realização de um Seminário Nacional do Fórum no dia 31 de janeiro na sede da CUT, em São Paulo. O Seminário irá reunir lideranças de várias entidades para aprofundar a discussão sobre conjuntura nacional, debater os rumos do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho e aprovar um calendário de lutas unificado. Entre as lideranças confirmadas para fazer parte da mesa do seminário, estão Lula (PT), Vicentinho (CUT), Arraes (PCdoB) e João Ricardo Stedile (MST).

No dia 26 a coordenação do Fórum irá se reunir para apreciar as sugestões de atividades e elaborar uma proposta de calendário de lutas que deverá ser aprovada no Seminário.

COM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB



Pré-candidatura do PCdoB para prefeita do Rio

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ) lançou, dia 13 de dezembro, no Plenário da Câmara dos Vereadores, a sua pré-candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro. Estiveram presentes o governador Anthony Garotinho (PDT), os dois pré-candidatos do PT à prefeitura do Rio (a vice-governadora Benedita da Silva e o deputado estadual Chico Alencar); a pré-candidata do PT à prefeitura de São Paulo; Marta Suplicy; o presidente regional do PT no Rio, deputado Carlos Santana; o presidente nacional do PDT, deputado federal Neiva Moreira; o presidente regional do PDT, Carlos Luppi; o vice-presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo; o presidente do PCB, Ivan Pinheiro; e o presidente do PSTU, Cyro Garcia. Também prestigiaram o ato presidentes de entidades sindicais e juvenis, médicos, escritores, artistas, estudantes e populares.

Em seu discurso, Garotinho afirmou que Jandira "é uma das maiores mulheres que conheço. Tem coragem, capacidade e determinação. Além do mais, é apaixonada pela causa da saúde. Precisamos de candidaturas como a de Jandira, que podem se unificar para lutar contra os que defendem a manutenção do modelo neoliberal que está gerando miséria". Para a vice-governadora Benedita da Silva, a candidatura de Jandira traz a possibilidade de uma discussão ideológica.

Atuação destacada

Para Jandira, o ato foi vitorioso e deu um grande impulso à candidatura. A deputada apresentou 14 emendas ao Orçamento da União de 2000, destinando R\$ 1,5 milhão para o Rio de Janeiro. Os recursos têm como objetivo reformar e adquirir equipamentos para hospitais; melhorar a educação; atendimento à mulher implantação do projeto Escola de Artes Técnicas na capital. Jandira propôs R\$ 250 mil para a reforma do telhado do Teatro Municipal.

Em relação ao Plano Plurianual-PPA, programa de obras e ações do governo federal para os próximos quatro anos, Jandira priorizou emendas para a saúde, prevenção de uso de álcool e drogas, atenção à gravidez e apoio à produção dos laboratórios oficiais para baratear os preços dos remédios.

Outras emendas visam a prevenção à violência contra a mulher, apoio à produção e difusão cultural, proteção à saúde do trabalhador e pesquisa para o desenvolvimento de novas fontes de energia. Jandira propôs alterações no PPA na ordem de R\$ 190 milhões.

Segurança e saúde

Jandira está montando seu Programa de Governo e o primeiro Grupo de Trabalho é sobre segurança. A pré-candidata defende uma ação mais ativa junto ao governo estadual para fazer a repressão ao

crime, reaparelhar e capacitar os policiais e fortalecer os direitos humanos.

Jandira encaminhou à Secretaria Estadual de Saúde uma proposta de redução da mortalidade materna no Rio. O projeto SOS GESTANTE 2000 propõe a assistência pré-natal e cria o CEAMA (Centro de Atenção à Mulher Adolescente).

Emprego e desenvolvimento

Jandira e a Secretaria de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo fizeram contatos com o governo federal e entidades dos trabalhadores e empresariais com o objetivo de recuperar a indústria naval do Rio, navios e plataformas. A política federal tem privilegiado o afretamento de navios estrangeiros, gerando empregos fora do país e perdendo US\$ 5 a 6 bilhões por ano. A meta é garantir que os reparos navais de dragas da Cia. Docas sejam feitos no RJ, preservando os postos de trabalho aos marítimos.

Jandira foi relatora do projeto de lei 1527 na Comissão de Seguridade Social e Família. Durante a tramitação houve alguns avanços em relação ao projeto inicial. No entanto, em função de várias inconstitucionalidades, Jandira protocolou, no Supremo Tribunal Federal, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN).

Potencial da candidatura

O carioca quer ousadia, prioridade para as áreas sociais e um nome que represente a renovação na administração da Prefeitura. Esse levantamento é da "Retrato Consultoria e Marketing Ltda". Jandira surge na pesquisa como a candidata mais citada a reunir essas qualidades. Ao serem questionados sobre o perfil de uma candidatura que preencha esses requisitos, os eleitores citam Jandira como sinônimo de garra, preocupação com a área social, competente, batalhadora e preparada.

Mesmo antes de anunciar a pré-candidatura à prefeitura, Jandira já surgia na opinião pública com 5% e 7% das intenções de votos. Também é o nome com o menor índice de rejeição, numa lista que incluía candidatos de vários partidos.

Jandira Feghali é formada em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em cardiopediatria. Iniciou sua vida política em 1981, quando se filiou ao PCdoB. Foi presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, de 1983 a 1984; diretora do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, de 1984 a 1986; diretora da Associação dos Funcionários do Hospital Geral de Bonsucesso, de 1985 a 1986; conselheira fiscal do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

Por três vezes consecutivas foi considerada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como uma das 100 cabeças do Congresso Nacional.

Lei proíbe bombas de combustíveis de auto serviço

O presidente da República sancionou, dia 12 de janeiro, lei de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) proibindo a instalação de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis. A lei deve garantir a permanência no emprego de 300 mil trabalhadores em todo país. Aldo Rebelo afirma que o sistema de auto-serviço exige do usuário prática e treinamento específico.

"Vale lembrar que as últimas alterações da mistura álcool-metanol, bem como sua composição em termos percentuais na gasolina, exigiram determinadas providências adicionais para o controle de seu manuseio, tais como a obrigatoriedade do uso de luvas de proteção, máscaras e tampões de nariz, porque o metanol, como se sabe, possui efeitos altamente nocivos para a saúde do homem. E a gasolina, além disso, contém benzeno, que é, comprovadamente, cancerígeno", diz o deputado comunista na justificativa da nova lei.

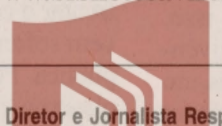
Aldo ainda destaca que, "se não bastassem todos os riscos inerentes ao manuseio de combustíveis por pessoas desqualificadas, o sistema de auto-serviço, se implantado, provocaria desemprego dos trabalhadores desse setor. Uma verdadeira injustiça social, num momento de crise econômica e recessão".



Biblioteca na Internet

A biblioteca virtual está disponível na Internet. Criada pela Editora Júnior - fundada em 2 de julho de 1998, após a experiência de publicações científicas e de texto de criação do Diretório Acadêmico de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) quando era dirigida por companheiros da União da Juventude Socialista—, essa biblioteca disponibiliza livros de interesse de estudantes, gratuitamente. A primeira biblioteca virtual do Norte/Nordeste brasileiro tem 120 livros de literatura brasileira, portuguesa e universal, além de *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. A biblioteca também publica textos adotados por professores universitários em sala de sala, facilitando a vida dos estudantes.

Visite a biblioteca em <http://www.bibliotecavirtual.org.br>



CDM
EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7051/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) Edição em Inglês: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Cláudio Gonzalez. Administração: Freyza e de Andrade, Maurício.

Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

ÊXITOS EM 2000

O PCdoB recebeu e retribuiu as mensagens de fim de ano enviadas por:

Adalberto Monteiro, pres. PCdoB/GO; Alberto Moreno Rojas, sec. geral PC do Perú (Patria Roja); Armando Hugo Silva, pres. Assoc. Bras. de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes; Ana Martins, vereadora PCdoB/SP; Chico Lopes, dep. est. PCdoB/CE; Cristóvam Buarque e Gladys, ex-gov DF e esposa; Edson Menezes da Silva, PCdoB/RS; Élio Bolsanello, advogado; Edson Ramos, vereador PCdoB/Fortaleza; Embaixada da República Islâmica do Irã; Eron Bezerra, dep. est. PCdoB/AM; F. Riopardense de Macedo, Porto Alegre/RS; Fábio Tokarski, vereador PCdoB/Goiânia; Francisco Aguiar, dep. fed.; Jairo Azi, dep. fed.; José Dirceu - pres. do PT; José Luiz Fernandes, pres. Sind. Emp. Seg. Priv. e Cursos de Formação na E.S.P.; José Ramón Balaguer Calmira, PC de Cuba; José Sarney, senador PMDB/AP, ex-pres. República; Juan Adolfo Swiger, pres. Parlamento Latino-Americano; Jussara Cony, dep. est. PCdoB/RS; Kim Jong Il, Rep. Pop. Dem. Coreia; Lê Khá Phiêu, Consulado do Vietnã em São Paulo; Lipa Xavier, vereador PCdoB/Montes Claros/MG; Mabel Marx, João Pessoa/PB; Mão Santa e Adalgisa, governador PI e esposa; Max Mauro, dep. fed.; Nelson Proença, vereador; Olival Freire, do CC do PCdoB; Onofre Gonçalves de Jesus, pres. Sind. Metroviários SP; Orestes Quercia, ex-governador SP; Paulo Nogueira Batista Jr., economista; Raul Carrion, PCdoB/RS; Rogério Cesar de Cerqueira Leite, ex-pres. SBPC; Sandra Batista, dep. est. PCdoB/PA; Sineval Raquire, dep. fed.; Teotônio Vilela Filho, senador PSDB/AL; Vanessa Graziotin, dep. fed. PCdoB/AM; Wang Feng, cônsul da China; Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre/RS; Nexhmije Hoxha, Albânia; Partido Social dos Trabalhadores Albaneses; PC Alemão; PC da Alemanha; Partido Marxista Leninista da Alemanha; PC da Argentina; PC Revolucionário da Argentina; PC da Austrália; PC da Bolívia; PC do Canadá Marxista Leninista; PC da China; Embaixada da China no Brasil; Consulado da China em São Paulo; Partido do Trabalho da Coreia; Embaixada da República Popular Democrática da Coreia no Peru; PC de Cuba; Embaixada de Cuba no Brasil; Consulado de Cuba em São Paulo; PC da Dinamarca Marxista Leninista; PC dos Povos da Espanha; PC dos Estados Unidos; PC dos Trabalhadores da Finlândia; PC Francês; Henri Alleg, França; PC da Grécia; PC de Guadalupe; PC da Índia - Marxista; PC da Índia; PC Ghadar da Índia; União dos Marítimos da Índia; Partido dos Comunistas Italianos; PC Japonês; PC Libanês; Partido do Progresso e do Socialismo do Marrocos; PC do Nepal - Unificação Marxista Leninista; PC dos Trabalhadores da Noruega; Herri Batasuna - País Basco, Espanha; Frente Democrática para Libertação da Palestina; PC do Peru (Patria Roja); PC Português; União Democrática Popular - Portugal; PC Sírio; PC do Vietnã; Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (Sede na Espanha); Novo PC da Holanda; PC Revolucionário da Grã-Bretanha.

NACIONAL

Questão nacional por trás da crise militar do governo

HAROLDOLIMA*

A despeito de todo o noticiário que reduz a primeira crise militar do governo FHC a incidentes secundários, o componente principal presente nessa crise foi a questão nacional. Por isso envolveu a Aeronáutica, foi demitido seu comandante, assim como o ministro da Defesa, Elcio Álvares. A crise está sendo administrada nos seus aspectos formais, mas permanecem latentes e quem sabe agravados os aspectos centrais que a desencadearam.

A visão que a Aeronáutica tem de seu dever constitucional tem levado a Força Aérea a uma incessante busca de aparelhamento operativo, tecnologia independente e infraestrutura aeroportuária moderna. Em suma, busca de meios de defesa. A crescente limitação de recursos tem criado grandes obstáculos na consecução desses objetivos mas, com muita determinação, marcos importantes foram conseguidos, como a Embraer, (fabrica bem sucedida de aviões), a Infraero (que constrói e administra modernos aeroportos), o DAC (Departamento de Aviação Civil, que controla todo o tráfego aéreo), o projeto VLS (Veículo Lançador de Satélite, míssil em estágio de experimentação) e o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

É sabido que o governo neoliberal de FHC não tem poupado patrimônio público, nem permitido veleidades de defesa da soberania nacional. Sua atitude frente ao desenvolvimento tecnológico independente é de olímpico desprezo. Como era de se esperar, logo que pôde, o governo de FHC investiu furioso contra o núcleo

dinâmico da Aeronáutica brasileira. Em primeiro lugar, partiu para privatizar a Embraer.

A Embraer não existiria sem a dedicação da Força Aérea desde seu surgimento, em 19 de agosto de 1969. Não teria chegado ao alto grau de desenvolvimento tecnológico que chegou se não tivesse recebido ininterruptos recursos da Aeronáutica. Foi privatizada na esteira de uma negociação sem nome. Forjou-se a versão que estava em crise, altamente endividada, sem recursos, quase falindo. Foi vendida a R\$ 192,10 milhões, integralmente pagos em moedas podres.

Estranho e injustificável foi o silêncio em que ficou a Aeronáutica à época da privatização da empresa, não desmascarando as versões mentirosas que se divulgavam e finalmente permitido a passagem espúria de um patrimônio nacional fundamental para grupos privados. Certa forma de entender a profissionalização do militar termina ajudando a capitulação nacional.

De qualquer maneira a Aeronáutica conseguiu resguardar certo controle na privatização feita. Foram grupos brasileiros que compraram a Embraer e a União ficou com dois diretores de um total de onze, além de uma ação de tipo especial, chamada de "golden share", pela qual pode vetar propostas da diretoria.

A investida para desorganizar a Aeronáutica logo enveredou por outros terrenos: privatizar a Infraero, substituir o DAC por uma Agência Nacional de Aviação Civil, com a Aeronáutica fora, e ir desmobilizando gradativamente o projeto VLS. O clima no interior da Força Aérea foi ficando cada vez mais arredo.

A partir de meados de 99, a diretoria da Embraer, formada pelos grupos brasileiros Banco Bozano Simonsen e fundos de pensão Previ (Banco do Brasil) e Sistel (Telebrás), intensificou articulações com vista a vender 20% das ações ordinárias (com direito a voto) da Embraer a quatro empresas aeroespaciais francesas (Aérospatiale-Matra, Dassault, Snecma e Thomson-CSF). O negócio atingiria US\$ 206 milhões. A Aeronáutica reagiu.

Já não tem sido boa a experiência da Força Aérea com os equipamentos franceses que opera. Há certa queixa quanto à manutenção dos Mirage 3. Mas, o que sobretudo os setores militares não esquecem é que, em 1982, quando por ocasião da guerra das Malvinas, os franceses ficaram do lado inglês, contra a Argentina, e cortaram o suprimento para o país sul-americano de armamento vital, como os mísseis Exocet (também usados pelo Brasil). Sob o ângulo estratégico, a ingerência francesa na Embraer sem dúvida era inaceitável.

Esses eram os ingredientes que estabeleceram uma contradição de fundo entre a Força Aérea e o pensamento entreguista predominante no governo. O brigadeiro Braüer, como comandante da Força, expressava esse descontentamento. E o governo não estava satisfeito com ele. Foi quando surgiu episódio menor, solertemente usado por FHC para afastar o brigadeiro: o envolvimento da secretária do ex-minis-

tro da Defesa com a CPI do Narcotráfico.

A afirmação do brigadeiro quanto à necessidade de "reputação ilibada" para o homem público, verdade indiscutível e genérica, de forma alguma pode ser vista como uma quebra de hierarquia, como quis FHC. Foi sim o pretexto que o presidente esperava para demitir um chefe militar indesejável.

A demissão foi traumática, desrespeitosa. Comunicação oficial não lhe foi feita antes que a imprensa já tivesse a notícia. O trauma se estendeu a toda a Força Aérea e às outras Forças. O almoço promovido em solidariedade ao comandante demitido juntou cerca de 840 oficiais da reserva e da ativa, alguns até fardados. A solidariedade ao brigadeiro e à Força Aérea crescia junto à crítica enérgica à política de defesa do governo de FHC. No almoço de solidariedade, discursos diversos foram feitos. Os mais contundentes traduziram sua solidariedade ao demitido criticando a ameaça de desmobilização das Forças Armadas que pesa sobre a nação.

Elementos inconseqüentes, alguns com posições fascistas, fizeram formulações despropositadas, desnorteadas, deslocando o alvo de seus ataques do governo de FHC para militantes que combateram o regime militar de 64. E houve a opinião desnorteadada relativa ao fuzilamento do presidente da República. Era o que queriam os defensores de FHC, que es-

peravam oportunidade para tirá-lo da posição de vilão criticado e colocá-lo na posição de vítima. A grande imprensa e os marqueteiros alvorçaram-se.

Todos os discursos de conteúdo contra a política de defesa de FHC foram esquecidos e o do deputado que falou em fuzilamento e o do militar que atacou militantes anti-ditadura foram postos em relevo. Mais que depressa a revista *Veja* foi acionada para fustigar o pensamento político do brigadeiro Braüer e flagrá-lo em opiniões erradas, confusas, que pudessem indicar tendência racista ou simpatia a Hitler.

O governo agora demite o ministro da Defesa, que perdera as condições mínimas de liderança no meio militar. E nomeia para o cargo um ilustre desconhecido, supostamente apartidário. Mas não o é. Seu trunfo mais citado foi o de ter dado opinião favorável, como advogado da União, à entrega a grupos franceses do domínio da Embraer, a mesma questão que fez a Aeronáutica reagir.

O governo, com a nomeação de Quintão, pensa poder desconsiderar o aspecto político da crise e sufocá-la com medidas administrativas e apelos à disciplina dos militares. Contudo o aspecto central da crise continua sendo a ameaça à soberania nacional brasileira perpetrada pelo governo vende-pátria que está aí, pretendendo desestruturar a Aeronáutica, como de resto as outras Forças. ■

*Dep. federal PCdoB/BA

FHC reafirma ditadura civil

LUIZ CARLOS ANTERO

Vaiado por uma multidão em plena passagem do ano, no Rio de Janeiro, o presidente Fernando Henrique inicia o ano 2000 correndo atrás dos prejuízos causados por 5 anos de gestão neoliberal que transformaram a economia brasileira em terra arrasada e deterioraram a vida do povo a níveis nunca vistos. Tenta recuperar a popularidade perdida investindo sobre o Congresso, que permanece subserviente. Promoveu um jantar com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, o ACM, com o pretexto de discutir as divergências sobre a lei que limita a edição de Medidas Provisórias. Teria prevalecido o instinto fisiológico de ACM, que recuaria de suas posições para evitar o isolamento.

Além disso, o PFL de ACM perdeu posição no governo com a exoneração do ministro da Defesa, Elcio Álvares, cujo escritório de advocacia mantinha em sua clientela uma robusta relação de contraventores ligados ao crime organizado.

Outra ofensiva de FH assegurou um primeiro fruto da convocação extraordinária, realizada precipuamente para adiantar a tramitação de matérias de interesse do Planalto: a aprovação pela Câmara dos Deputados em 1º turno de votação, por 343 votos a 137, da Proposta de Emenda Constitucional 85-B/99 que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU), substituindo o Fundo de Estabilização Fiscal (veja matéria na página 4).

O surrado balcão de negócios do Planalto funcionou sem vergonha. O ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, recebeu uma comissão de deputados nordestinos que cobravam a promessa de subsídio no valor de R\$ 30 milhões prometido aos usineiros. Nesse ritmo, foram derrotados todos os destaques à emenda, inclusive os que vedavam a desvinculação de receitas da Previdência Social e a inclusão na DRU das contribuições criadas futuramente.

A oposição protestou com veemência contra as decisões impostas pelo Planalto à reunião dos líderes dos partidos na Câmara

Na reunião para definir a pauta de votações da convocação extraordinária, os governistas priorizaram a DRU e postergaram a tramitação da emenda que limita as Medidas Provisórias. Os representantes da base fisiológica (PSDB, PFL, PMDB e PPB) rejeitaram a proposta da oposição de votar primeiro a PEC das MPs. O PSDB tenta protelar a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJR) da Câmara, pois FH insiste em continuar legislando acima do Parlamento, com a edição de MPs sobre temas do interesse neoliberal mais direto, a exemplo da legislação tributária e dos assuntos monetários e econômicos.

A aprovação do projeto que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), transformando um bem fundamental à população em mercadoria, e a pretensão de garrotar a Federação e o Pacto Federativo com uma Lei de Responsabilidade Fiscal são outros sinais de regressão para a sociedade brasileira que ainda se movimenta aquém da necessidade atual — de ruptura com um modelo esgotado e nocivo à população.



Elcio Álvares, após sua demissão do Ministério

Ampliar a oposição

ALDOREBELO*

O calendário eleitoral do ano 2000 prevê eleições municipais, mas será marcado pela disputa da Presidência da República. Tradicionalmente, as eleições locais espelham as alianças das forças políticas nacionais e servem mesmo para a tessitura de acordos limitados entre adversários com vistas ao poder central. A novidade do ano é que as forças políticas oligárquicas estão se dispersando por um motivo comum: o fracasso do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

FHC foi o ponto de convergência dessas forças, mas, como o governo fracassou e o presidente é rejeitado pelo povo, cada qual dos grandes blocos da elite expressado nos partidos movimentou-se em busca de alternativas para manter o poder, desvencilhando-se, naturalmente, da herança nefasta que ajudaram a produzir mas que é conveniente atribuir apenas ao presidente.

Tanto o PFL quanto o PMDB, e mesmo o PSDB, usarão as eleições municipais como plataforma de auto-afirmação

visando a hegemonia do bloco dominante no pleito presidencial de 2002. É nítido o esforço de diferenciação desses partidos, até agora miscigenados numa hidra de várias cabeças chamada "base governista". Como no samba, olham para a terra arrasada deixada no rastro do governo e dizem "toma, que o filho é teu". É o que demonstra todo dia o senador Antonio Carlos Magalhães, pré-candidatando-se pelo PFL, ou o governador Mário Covas, criticando e diferenciando-se do aliado do Planalto, mas de olho no lugar dele.

A parte ideologicamente mais invertebrada desse conjunto oligárquico, representada pelo PMDB do Planalto, ainda não sabe se erguerá sua histórica bandeira de mudanças, entregando-a nas mãos do governador Itamar Franco, ou se buscará o caminho da aliança com o setor que acumular mais forças ao longo da disputa.

Inépcia e indolência

Quanto mais essas manobras avançarem, mais desgastado e fraco ficará o governo. Se já demonstrou inépcia e

indolência para enfrentar os grandes problemas nacionais — na verdade, exibiu habilidade e decisão para agravá-los — o projeto político neoliberal representado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso tentará usar uma tinta nova para mudar a cor do muro. O governador Covas tenta representar um outro PSDB, o das reformas, o do social, mas foi esta plataforma dita social-democrata que elegeu FHC e prejudicou o país. A cada diferenciação, a frente se esfacela e retira a autoridade de FHC. A recente votação da Reforma Tributária, na qual até o dirigente do PFL Jorge Bornhausen criticou as propostas do Ministério da Fazenda, é a demonstração de que a decantada "base governista" decompõe-se a cada dia em interesses específicos.

A desunião da elite, até agora sem um candidato que compatibilize seus interesses e amortize suas divergências, ressuscitou a proposta de restabelecimento do parlamentarismo. Eis mais uma demonstração eloqüente da falta de compromisso dessas forças políticas com a vontade do povo. Esse sistema de governo é a única idéia

já rejeitada duas vezes, no Brasil, pelo método da democracia direta, o plebiscito. Tanto em 1963 como em 1992 o povo disse não ao parlamentarismo, e manifestação tão enfática deveria ser suficiente para arquivar de vez o movimento casuístico que tenta impor o governo parlamentar como pára-choque das divergências da elite.

No quadro atual, o parlamentarismo também está sendo urdido como um assalto preventivo ao povo descontente com o rumo do país. Líderes governistas não escondem que votarão pelo sistema de governo parlamentarista como uma manobra no caso de a oposição aumentar suas chances eleitorais numa conjuntura de deterioração econômica, com o recrudescimento da inflação e o aumento do desemprego. "Governabilidade" será um fantasma muito invocado no ano 2000.

Ataque aos partidos

Tamanho golpe antidemocrático é combinado com a tentativa de extinção de partidos históricos que apresentam alternativas diametralmente opostas à política do governo. A trama

corre no Congresso com o nome de "reforma política", pela qual os pequenos partidos seriam obrigados a atender um quórum nacional elevado e antidemocrático para terem assento no Congresso Nacional.

Cabe à oposição um movimento inverso ao da "base governista". Enquanto esta se desdobra, a oposição não só deve fortalecer seus laços orgânicos como ampliar suas alianças com setores do centro democrático. Todas as grandes vitórias históricas da oposição, sobretudo aquelas que representaram rupturas na sociedade brasileira, foram obtidas com a ampliação da aliança. Isto aconteceu nos movimentos pela independência, abolição, república, conquistas operárias dos anos 20, Revolução de 30 e nas duas redemocratizações, de 1945 e 1985. O recém-lançado manifesto "Em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho", que recebeu grande apoio, é a mais recente demonstração de que a oposição deve ampliar-se para construir um governo democrático e popular.

*Dep. federal PCdoB/SP e líder do bloco PCdoB-PSB

FHC impõe reforma tributária que centraliza a arrecadação

SÉRGIO MIRANDA*

Para cumprir à risca o inadiável e incondicional compromisso de pagamento de juros e amortização da dívida, nada mais apropriado que a perpetuação do Fundo de Estabilização Financeira, agora batizado Desvinculação de Receitas da União (DRU). O governo Fernando Henrique vê a DRU como o tiro de misericórdia necessário para alcançar o superávit primário acertado para o ano 2000 com os credores internacionais.

Essa é sua verdadeira reforma tributária. Ele manipula a arrecadação, aumentando mais as contribuições — que não são divididas com Estados e municípios — do que os impostos. No conjunto, os recursos disponíveis serão reduzidos e condicionados aos compromissos com o capital financeiro. Assim, soa como falácia a promessa de poupar governadores e prefeitos.

O governo FHC agride mais uma vez a federação, submete as unidades Federadas às suas conveniências e relega a segundo plano os interesses da sociedade por uma justa arrecadação de impostos e correta aplicação de recursos.

Nada mais providencial que

as artimanhas para aumentar as receitas de contribuições sociais bem acima da inflação e das próprias despesas com seguridade. O governo aumenta as contribuições, que não integram a repartição tributária aos Estados e municípios, a exemplo dos impostos. Além disso, contam com certo apelo social que facilita a aprovação, como mais recursos para a saúde, previdência etc. Não são submetidas ao princípio da anualidade reservado aos impostos, pois bastam 90 dias para sua cobrança. A desvinculação permite ao governo a utilização de 20% dessa arrecadação livremente, como bem convém aos seus interesses com o capital financeiro.

A receita de impostos em 2000 será 165% maior do que em 1994. No mesmo período, as contribuições foram ampliadas em 296%. Essa desproporção distorce a economia. As contribuições são cumulativas, regressivas e de difícil desoneração, como a CPMF. São somente aceitas pela sua finalidade social. Com a sua desvinculação, afastada de sua função social, o ônus da cobrança não se justifica mais.

O desvio de parte da arrecadação de impostos e contribuições da União se consolidou

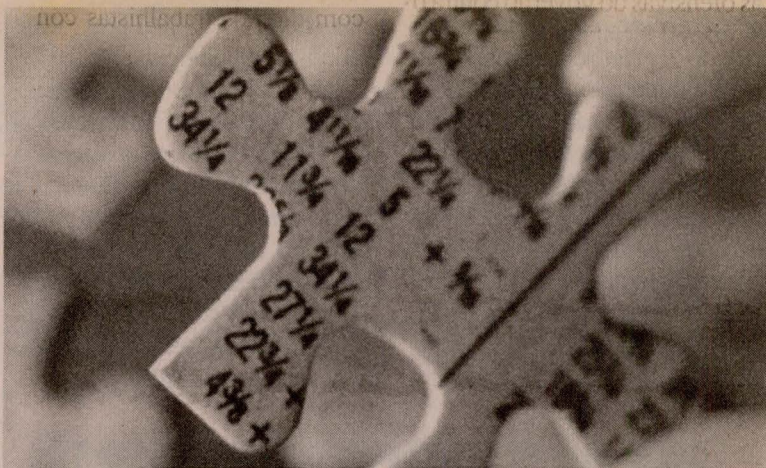
como uma prática habitual da gestão FHC. Tais procedimentos já operaram sob o nome de Fundo Social de Emergência (FSE/1994-1995), Fundo de Estabilização Fiscal (FEF/1996-1999) e agora simplesmente Desvinculação de Receitas da União (DRU/2000-2004).

Os falsos pretextos de apelo social, equilíbrio das finanças públicas e estabilização da moeda cederam lugar à real face do propósito oficial: a desvinculação pura e simples de receitas, descompromissada das obrigações constitucionais representativa dos interesses sociais.

Para a aprovação da DRU, o governo "livrou" os Fundos de Participação de Estados (FPE) e de Municípios (FPM) dos efeitos da desvinculação. Mas a intenção oficial não poupa Estados e municípios, porque, salvo as despesas com a dívida, a DRU estrangula o restante dos gastos federais.

Inconstitucionalidades

Prefeitos e governadores se ressentem do impacto dessas medidas. Em 1994, mesmo com os efeitos do FSE, as transferências constitucionais significavam somente 19% da receita tri-



butária da União. Para 2000, o governo afirma que não haverá prejuízo para os Estados e municípios. No entanto, as transferências representarão apenas 14,9%.

Para fechar a conta acertada com o FMI, o governo desconsidera a Constituição. São evidentes as inconstitucionalidades que marcam todo o texto da DRU. Uma delas é o artifício de transformar parcela das contribuições sociais em recursos de livre utilização — propriedade exclusiva dos impostos. É uma artimanha para fugir da anualidade, repartição tributária, pacto federativo. E ainda um modo de arrecadar recursos livres (contribuições) sobre ações que já são fontes de arrecadação de impostos — lucro, faturamento, folha salarial, movimentação financeira.

Outro exemplo é a reedição sistemática da desvinculação admitida no Art. 157 das Disposições Constitucionais Transitórias. Com a DRU, as vinculações terão vigorado de 1989 a 1993, por cinco anos, enquanto a desvin-

culação tem assumido caráter permanente, de 1994 até 2003.

Ilusão à toa

É falsa a expectativa de prefeitos e governadores de que Estados e municípios sairão ilesos com a DRU. Desde 1996, encargos com saúde e educação têm sido repassados para os municípios, determinando inclusive vinculações de receitas para programas nessas áreas. E como não há contrapartidas financeiras para as perdas globais no orçamento, aumentam as dificuldades orçamentárias e a precariedade na prestação desses serviços públicos.

Os mecanismos de desvinculações de recursos, motivados pela imperiosa vontade de cumprir a agenda de pagamento da dívida, contribuem para a diminuição gradativa das transferências que o governo fica desobrigado das despesas.

*Dep. federal PCdoB/MG

MOVIMENTO

CSC reafirma luta contra o neoliberalismo e pelo socialismo

A Corrente Sindical Classista, que integra a Central Única dos Trabalhadores, realizou seu 4º Congresso, de 9 a 11 de dezembro de 1999, no Rio de Janeiro; quando decidiu lançar Wagner Gomes, seu coordenador e diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, para a presidência da CUT, a principal organização nacional dos sindicatos brasileiros. O Congresso da CSC começou com uma ampla cerimônia de abertura, contando com a presença dos presidentes da CUT, Vicente Paulo da Silva; da União Nacional dos Estudantes (UNE), Wadson Ribeiro; da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Carla dos Santos; da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Edmundo Fontes; de representantes do Movimento de Luta pela Terra (MLT), dos partidos políticos e parlamentares oposicionistas. O Congresso foi assistido por sindicalistas do Chile, Uruguai, Argentina, Colômbia, Bélgica e Grécia.

Nesta entrevista, Wagner fala sobre o movimento sindical e as ofensivas do governo contra os direitos dos trabalhadores.

Classe: Como foi o 4º Congresso da CSC?

Wagner: O Congresso ocorreu num clima de satisfação com a trajetória da Corrente. A CSC foi fundada em 1989, num Congresso realizado em Campinas/SP, e neste 4º Congresso fizemos questão de reafirmar a luta contra o capitalismo e a indicação do socialismo como o objetivo dos trabalhadores de ter uma sociedade igualitária, sem exploração do homem pelo homem. "Socialismo sempre" foi o lema que adotamos. Precisamos nos diferenciar em relação àqueles que pensam que é possível um "capitalismo melhorado", uma "terceira via" entre o capitalismo e o socialismo. É parte integrante do sindicalismo classista a luta pelo socialismo. Em nossas análises da situação atual, constatamos mais uma vez o quanto o governo de Fernando Henrique Cardoso está distante das aspirações e necessidades de nosso povo. Concluímos que, quanto mais FHC permanecer no



Coordenação da CSC (no destaque, Wagner)



poder, pior será para o Brasil e seu povo. Portanto, substituir o governo FHC por um governo sintonizado com as necessidades do país e dos trabalhadores é uma questão central para o movimento sindical brasileiro. Todos os dias, observamos novas investidas contra os direitos dos trabalhadores, e o governo FHC é um instrumento dos patrões nessa investida. Agora mesmo, no início do ano 2000, Fernando Henrique anunciou que pretende acabar com direitos trabalhistas consagrados na Constituição, visando facilitar demissões, prolongar a jornada de trabalho e aumentar os lucros das grandes empresas. Esse governo é uma arma patronal contra os trabalhadores. É necessário derrotá-lo! Trata-se de uma bandeira central do movimento sindical.

Classe: Qual a avaliação que foi feita do movimento sindical?

Wagner: Nós temos clareza de que a estrutura sindical brasileira precisa de mudanças e ajustes. Porém não temos, atualmente, uma correlação de forças favorável a essas mudanças. Pelo contrário, faz parte do projeto neoliberal liquidar os sindicatos e os direitos trabalhistas. O governo e os ideólogos do neoliberalismo sabem que os sindicatos são organizações dos trabalhadores que, por sua própria natureza, opõem-se à exploração dos assalariados. O movimento sindical é um fator de resistência ao neoliberalismo. Por isso, o governo quer seu enfraquecimento. Quer impor o pluralismo, a divisão sindical, quer es-

trangular financeiramente as entidades sindicais, impedir sua atuação e limitar sua existência. Transformar as organizações dos trabalhadores em órgãos auxiliares da política neoliberal, como fazem através da Força Sindical. Nesta situação, a CSC deve ter uma atuação ampla, de fortalecimento da CUT e de busca de influência e atuação conjunta também com sindicatos não cutistas.

Classe: Qual a avaliação que foi feita da atividade da CSC?

Wagner: Constatamos o crescimento do sindicalismo classista, até mesmo no movimento rural, onde integrantes da CSC fazem parte da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Importantes sindicatos do país integram a Corrente Sindical Classista, o que é resultado de nossa linha política ampla e acertada e também do empenho dos sindicalistas que formam a CSC.

Classe: Quais os desafios para o ano 2000?

Wagner: Como foi dito, derrotar o governo FHC é um desafio central para os sindicalistas classistas. Neste ano em que se realizam eleições para prefeitos e vereadores, os sindicatos devem elaborar propostas para apresentar aos candidatos e participar ativamente das campanhas progressistas. Não é possível uma atuação secundária na batalha eleitoral. A vitória de prefeitos e vereadores que se oponham ao neoliberalismo de FHC e seus aliados é de fundamental importância para a criação de uma nova correlação de forças no país. Também temos pela frente, em agosto, o 7º Congresso a CUT, quando será eleita a nova direção da nossa Central. A CSC resolveu lançar o meu nome para concorrer à presidência da CUT (veja quadro ao lado). Os sindicalistas classistas devem trabalhar para que seus sindicatos acertem a situação financeira com a CUT e para que novos sindicatos filiem-se à Central, garantindo uma bancada expressiva nesse Congresso. ■

MANIFESTO DO 4º CONGRESSO DA CSC

Wagner Gomes para presidente da CUT

Realizado nos dias 9, 10 e 11 de dezembro no Rio de Janeiro, com delegados provenientes de todas as regiões brasileiras, lideranças sindicais do campo e da cidade, o 4º Congresso da Corrente Sindical Classista enfatiza a necessidade de unir todos os trabalhadores na campanha pelo fim do governo FHC e sua política neoliberal que, supervisionada pelo FMI, provocou o maior nível de desemprego da nossa história, a redução e abolição de direitos sociais, a desnacionalização e total subordinação da economia aos interesses das potências imperialistas.

Reafirmando a importância da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os ideais do sindicalismo anticapitalista, o 4º Congresso da CSC decide lançar a candidatura do seu coordenador geral, Wagner Gomes, à presidência da CUT, como uma alternativa classista ao espírito de conciliação de classes e vacilação frente a governo e patrões que não raro se manifesta na direção da Central e com base na seguinte plataforma:

1- Lutar pela democratização da CUT, garantindo a proporcionalidade qualificada na eleição e composição da sua direção nacional, bem como realizando uma gestão participativa e transparente dos recursos do FAT. Tendo em vista que a maioria das entidades filiadas está inadimplente e enfrenta sérias dificuldades financeiras, o 7º Congresso deve tomar a decisão política de conceder uma anistia e reduzir o valor da mensalidade associativa para garantir a ampliação da representação da Central e efetiva participação das bases sindicais nos seus fóruns e deliberações.

2- Lutar em defesa da unicidade sindical e dos direitos sociais, contra a PEC 623/88, o pluralismo e a reforma trabalhista proposta pelo governo FHC e o FMI, tendo por pressuposto que direito conquistado não se negocia.

3- Intensificar a campanha pelo FORA FHC.

4- Lutar pela unidade de todos os trabalhadores formais, informais, "precários" e desempregados, rompendo com as formas tradicionais de organização e defendendo um projeto alternativo de desenvolvimento econômico e social, que priorize o combate ao desemprego e a instituição da jornada de 35 horas semanais. Contribuir, neste sentido, para a organização de um amplo movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho.

5- Lutar por uma sociedade socialista como solução definitiva para a crise estrutural do sistema capitalista e desmascarar as falsas "soluções" apontadas como saída para os impasses criados pelo neoliberalismo como a chamada 3ª via e outras inspiradas na ideologia social-democrata e no espírito de colaboração de classes

PLANO DE LUTAS

■ Divulgar amplamente o MANIFESTO EM DEFESA DO BRASIL, DA DEMOCRACIA E DO TRABALHO através da imprensa sindical. Construir comitês populares, realizar debates e seminários com o objetivo de envolver as massas trabalhadoras na luta política contra o governo Fernando Henrique e a política neoliberal.

■ Intensificar a luta pelo "FORA FHC E FORA FMI", buscando garantir a resolução da 9ª Plenária Nacional da CUT.

■ Participar ativamente nas eleições municipais, apoiando candidatos comprometidos com a plataforma de luta em defesa da soberania nacional, dos direitos sociais e do serviço público, contribuindo assim para derrotar os prefeitos e governadores que fazem parte do esquema de sustentação do governo FHC.

■ Mobilizar os trabalhadores e pressionar o Congresso Nacional para derrotar a PEC de autoria do governo FHC que permite o desconto dos aposentados e pensionistas, estendendo estas iniciativas para o âmbito estadual onde os governadores buscam implementar ou já implementam a mesma política.

■ Lutar contra as privatizações e em defesa do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás.

■ Desenvolver uma ampla campanha nacional em defesa do FGTS e dos direitos trabalhistas. Esta campanha deve ser planejada pela CSC com o objetivo de buscar a participação de todos os sindicatos cutistas e outros segmentos do movimento sindical.

■ Propor a construção da Greve Geral em defesa do salário mínimo, dos direitos sociais, pela redução da jornada para 35 horas semanais sem redução do salário e em defesa do FGTS.

■ Defender a reforma agrária e lutar contra a violência sobre os trabalhadores rurais. Apoiar o MLT e todos os movimentos que lutam pela terra para quem nela trabalha.

■ Realizar no início do ano 2000 uma conferência para debater os 500 anos de construção da nacionalidade brasileira e indicar o debate do assunto nos Estados.

■ Desenvolver um movimento pela paz, denunciando a degradação social e a violência urbana e rural como resultado da crise do sistema capitalista. Com o objetivo de incorporar outros setores não atingidos pela ação sindical tradicional o slogan deve ser "Sem Justiça Social não há Paz".

■ Realizar mobilizações e manifestações comemorativas do 8 de março e do 1º Maio.

■ Para fazer frente à ofensiva neoliberal contra os direitos sociais é chegada a hora de também globalizar as lutas dos trabalhadores, reiterando e reforçando o internacionalismo proletário e, em especial, os laços de solidariedade entre os classistas da América Latina, que devem buscar formas para se integrar na região em defesa dos direitos trabalhistas, pela jornada de 35 horas semanais e o não pagamento da dívida externa. Participar, com este propósito, da reunião dos sindicalistas classistas do Cone Sul convocada para abril do próximo ano na Argentina.

■ Promover a luta por uma sociedade socialista e trabalhar para a crise do neoliberalismo como a chamada 3ª Via e outras do gênero orientadas pelo espírito social-democrata de colaboração de classes.



Plenária do Congresso da Corrente Sindical Classista

XXI SÉCULO CAPITALISMO

JOSÉ CARLOS RUY

O final de 1999 não marcou apenas o término de mais um ano — foi também, por uma espécie de acordo tácito entre as pessoas, o final do século XX e do segundo milênio da era cristã (acordo tácito porque, a rigor, o século XXI e o terceiro milênio começam mesmo é no primeiro dia de janeiro do ano 2001). E deu oportunidade ao aparecimento, na imprensa, de incontáveis balanços do século e do milênio, enfatizando a alegada vitória do capitalismo, e o correspondente fracasso final e definitivo do socialismo.

O século XX foi o século em que a luta pelo socialismo tomou forma concreta, cristalizada no esforço prolongado de construção do socialismo, primeiro na Rússia, depois em boa parte da Europa e da Ásia e, mais tarde, no Continente americano com a revolução cubana. Estas formas concretas traduziram-se na criação de instituições econômicas, políticas e sociais que apontavam para um regime superior de organização da vida nestas nações, indicando para os trabalhadores de todo o mundo a existência de um caminho alternativo ao capitalismo.

O século XX foi também, do lado da burguesia e do imperialismo, o século da resistência contra as investidas das amplas massas pela superação do capitalismo. Crimes monstruosos foram cometidos contra os povos, milhões foram mortos, em defesa daquilo que se convencionou chamar de *civilização ocidental e cristã*, eufemismo para encobrir a realidade do capitalismo.

O século começou com a revolução russa, de 1905, considerada mais tarde, pela liderança bolchevique, como uma espécie de “ensaio geral” para a revolução russa de 1917. A crise aberta, na Europa, pelo final da I Guerra Mundial desencadeou também a revolução na Alemanha, na Áustria e na Hungria, derrotadas pela contra-ofensiva capitalista. Mesmo na Itália daqueles anos houve uma onda de protestos operários que beirou a situação revolucionária.

Anticomunismo explícito

As imposições imperialistas contra os países derrotados na I Guerra Mundial e a derrota da revolução resultaram, naquelas nações, em situações de instabilidade política e econômica, no empobrecimento da população, criando a cultura política em que se desenvolveu o fascismo e o nazismo. Nunca é demais lembrar que esses movimentos autoritários da grande burguesia européia e do capital financeiro dirigiam-se, apesar de sua fraseologia racista, principalmente contra a classe operária, o comunismo e a União Soviética.

O embate que marcou o século XX assumiu, naqueles anos, sua forma clara: a luta aberta da burguesia e do imperialismo, expressa então no nazi-fascismo, contra os trabalhadores e o socialismo. Esta luta atravessou o século, assumindo outras formas e expressões (hoje, a ideologia e a forma organizativa preconizadas pela burguesia é o neoliberalismo). A barbárie nazista, acalentada como instrumento para a destruição da União Soviética, resultou na tragédia da II Guerra Mundial e sua ameaça

à democracia em todos os países. Depois da guerra, a ambição imperialista, dirigida pelos Estados Unidos, de impedir a construção do socialismo ou, pelo menos, conter sua expansão, esteve na raiz dos principais conflitos armados, como a Guerra Civil Grega, nos anos 40; a guerra da Coreia, no começo dos anos 50; peça do esforço dos EUA contra a nova República Popular da China; na crise iniciada na Indochina depois da derrota francesa que levou à independência do Vietnã, nos anos 50; a guerra da Argélia, onde a França tentou de todas as formas manter seu poderio colonial, nos anos 50 e 60; as várias guerras civis em países africanos que lutavam pela independência, entre elas a guerra civil no Congo, que resultou no assassinato do líder Patrice Lumumba, ou na tragédia em Biafra, no final dos anos 60; a guerra do Vietnã, em que a maior potência militar da história, os EUA, foi derrotada, em 1975, por um povo de camponeses mal armados mas determinados a defender a independência e soberania de seu país; a invasão covarde de Granada por tropas dos EUA, no começo dos anos 80, contra um governo de tendência socialista. A lista poderia prosseguir; cito aqui, de memória, apenas alguns episódios desse embate, deixando de lado outros não menos importantes, como os golpes militares no Brasil, em 1964, que levou a um Estado policial fascista onde democratas, patriotas e comunistas eram torturados e assassinados; na Indonésia, em 1965, quando milhões de democratas, progressistas e comunistas foram caçados e linchados nas ruas; ou o golpe do general Augusto Pinochet contra o governo socialista de Salvador Allende, no Chile, em 1973, que resultou numa ditadura sanguinária.

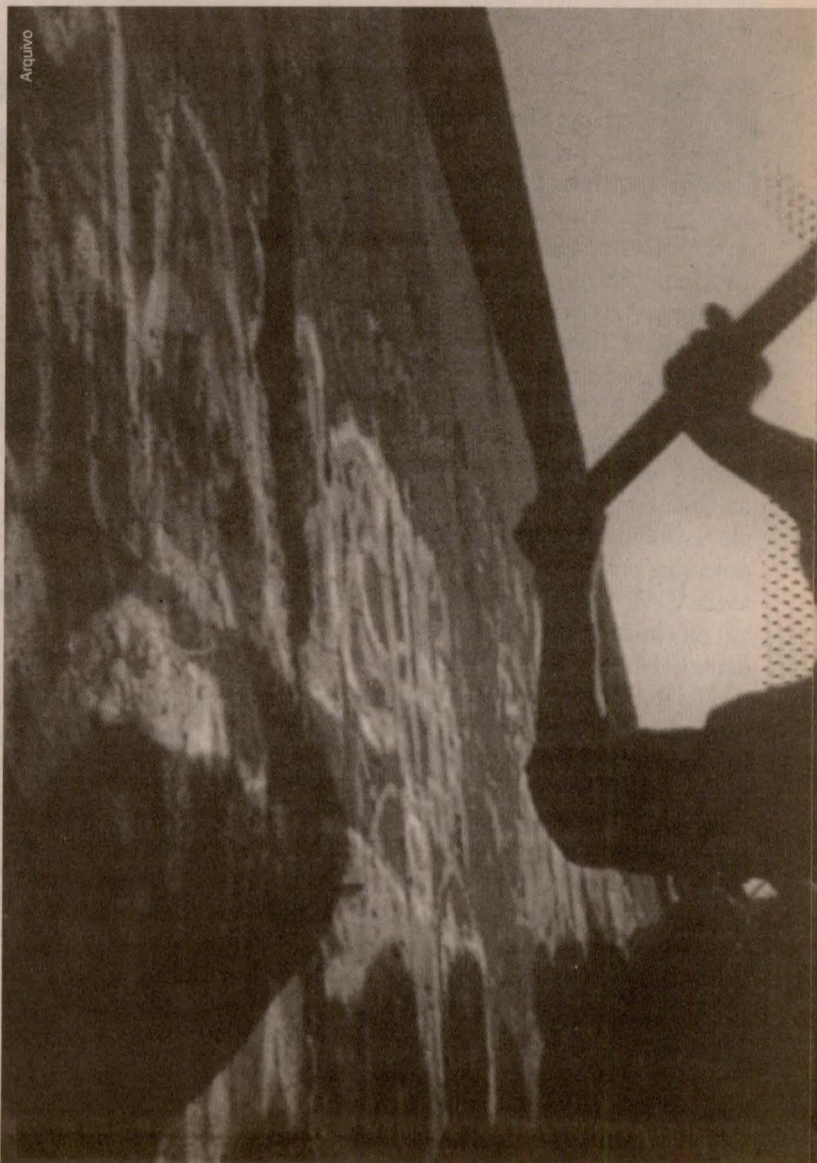
Fantasma assombra

O século foi marcado, assim, pela luta teórica e prática contra o capitalismo e pela construção de um mundo novo, uma luta que não está terminada, ao contrário do que garantem os balanços de final de século publicados pela imprensa brasileira, que se esforçam por mostrar que os fatos desmentem “previsões” que teriam sido feitas por Karl Marx. Só o esforço de, novamente, tentar esconjurá-lo este fantasma que persegue a burguesia já é significativo, pois ninguém luta contra o versário morto. A própria propaganda da burguesia desmente, assim, a lenga-lenga

da morte do marxismo.

Uma dessas falsificações diz que não ocorreu a falta de acesso ao conhecimento nem a pauperização dos trabalhadores, afirmações que só propagandistas deslumbrados pelo capitalismo podem fazer. Se durante a chamada “época dourada” do capitalismo (o curto interregno entre o final da II Guerra Mundial e a década de 1970) as massas trabalhadoras dos países ricos (e mesmo, em escala muito menor, de alguns pobres) puderam melhorar de vida, isso deve-se não pelas virtudes do capitalismo, mas pela presença ameaçadora do regime socialista no Leste da Europa e na Ásia, uma demonstração concreta da possibilidade de uma alternativa para o capitalismo.

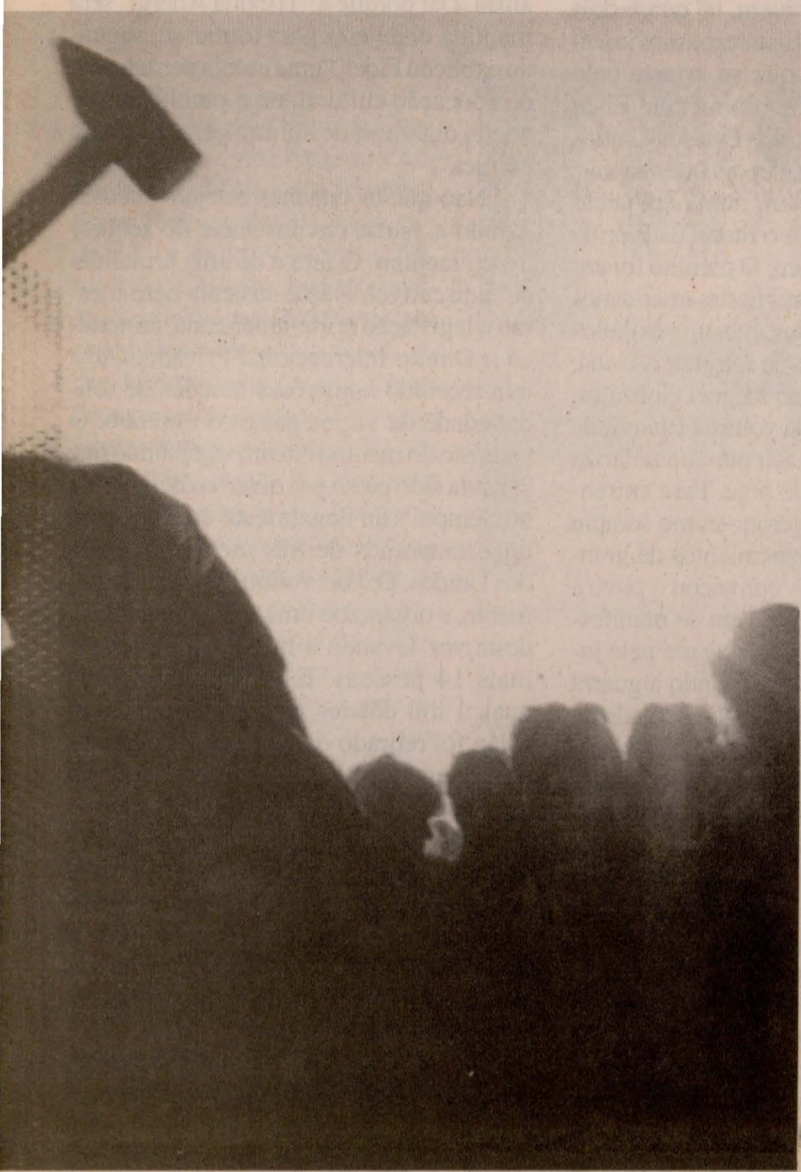
O capitalismo entrou em crise grave no início dos anos 70, quando o ímpeto do crescimento proporcionado pela reconstrução da Europa após a guerra perdeu intensidade. O movimento operário social democrata europeu estava demasiado comprometido com aquele sistema, e com a ilusão do Estado de Bem Estar Social, para ser capaz de gerar uma alternativa proletária para a crise do capitalismo, e entrou em decadência acentuada depois que a tentativa socialista na Europa ruiu. Criaram-se assim as condições para que o capitalismo encontrasse, no neoliberalismo, sua própria crise. Em consequência, a fantasia dos “anos dourados” e



Arquivo

XXI SÉCULO

X SOCIALISMO



ética não solidária (da qual os *yuppies* dos anos 80 são o melhor, mas não único, exemplo), e de uma consciência marcadamente egoísta.

O problema do conhecimento do trabalhador, referido por Marx, não é este, mas o domínio das condições técnicas da produção. Neste sentido, o saber operário foi realmente expropriado ao longo do século XX pela burguesia. O trabalhador adequado ao capitalismo, hoje, é aquele especializado em apertar botões ou acionar computadores e sistemas automatizados (nos casos em que há exigência de formação escolar mais avançada) ou, o que é a mai-

oria, treinados para executar tarefas simples e repetitivas (arrastar volumes, carregar objetos, entregar encomendas, limpar etc., funções que não exigem destreza, mas força bruta). Hoje, o conhecimento do saber produtivo está crescentemente registrado em máquinas de propriedade dos capitalistas, e não no cérebro ou nas habilidades dos trabalhadores. Não se pode comparar o trabalhador atual, mesmo aquele que, exercendo funções técnicas, opera máquinas sofisticadas ou atua nos campos de ponta do conhecimento, com o artífice do começo do século, ou mesmo de algumas décadas atrás, que detinha, com sua experiência, treinamento e escolaridade, o domínio sobre o fazer produtivo. Neste sentido, Marx conseguiu antever, já na metade do século passado, o que ocorreria em consequência do desenvolvimento capitalista.

da necessidade de superação do capitalismo. A experiência do século XX demonstrou a verdade de que a revolução proletária só prospera e avança se existir um partido proletário, revolucionário, capaz de levar a cabo suas tarefas de direção, de organizador, de vanguarda. E esse é, sem dúvida, o ensinamento mais útil deixado por Lenin, o principal dirigente da Revolução Russa de 1917 e primeiro dirigente da construção de um Estado socialista em toda a história da humanidade.

Mas a grandeza, e a tragédia, da revolução proletária no século XX foi o fato de que ela não venceu nos países mais desenvolvidos, como se previa, mas naqueles mais atrasados, como a Rússia de 1917. Não se deve esquecer que a revolução *ocorreu* em países mais adiantados, como a Alemanha, na crise que se seguiu ao final da I Guerra Mundial, e que ela foi massacrada. Na Alemanha surgiram então mais de 10 mil conselhos de operários, camponeses e soldados (na Rússia, o número de *soviets*, nome local daqueles conselhos, foi muito menor), e houve tentativas de tomada do poder na Baviera e em Berlim. Faltou, entretanto, uma direção revolucionária capaz de, seguindo o exemplo de Lenin e dos bolcheviques, transformar aquele amplo movimento das massas em uma proposta consistente de tomada e manutenção do poder. Na Alemanha, por exemplo, o Partido Social Democrata, a quem cabia a direção da revolução, abdicou de suas responsabilidades e, rendendo-se à hipocrisia democrático-burguesa, atribuiu à Assembléia Constituinte a tarefa de definir o caráter classista que o novo Estado teria. Na Rússia, com muito mais sabedoria, Lenin e os bolcheviques atribuíram essa tarefa ao Congresso dos Soviets, o novo poder que surgia, deixando para a Assembléia Constituinte o encargo de dar expressão jurídica à decisão da maioria do povo que emanava daquele Congresso dos representantes dos operários, camponeses e soldados. Em consequência, o movimento revolucionário alemão terminou derrotado, abrindo caminho para a República de Weimar, um regime social-democrata que, de crise em crise, desaguou 14 anos depois na ascensão de Hitler ao poder e na barbárie nazista. Assim, a derrota da revolução européia deixou aos bolcheviques o encargo de, sozinho e num mundo capitalista hostil, construir o *socialismo num só país*, a despeito da previsão marxista de que a revolução na Rússia poderia ser o estopim para a revolução européia.

Precarização crescente

Outro aspecto que ressaltou, na última década do século XX, foi a inversão propagandística, que viu o capitalismo como progressista e o comunismo como o atraso, transformando o planejamento da economia em um anátema. Se progressismo for criar mais riquezas para os ricos, a propaganda está certa. Mas não é — o progresso social exige que o conhecimento acumulado pela humanidade, aumentando a capacidade técnica e produtiva, crie condições de vida melhores para todos, que haja universalização do acesso à educação, saúde, moradia e segurança; que haja trabalho para todos; que todos tenham cada

vez mais tempo livre, e acesso às riquezas da cultura e do saber; que a riqueza criada pelo esforço coletivo seja compartilhada por todos, de forma crescente.

A realidade de desemprego, miséria e desencanto que os períodos do “triunfo” do capitalismo (primeiro, entre a I e a II Guerras Mundiais, e depois nas décadas de 1980 e 1990), mostraram foi exatamente o contrário daquela exigência. Hoje, os ganhos de produtividade, propiciados pela ciência e pelo conhecimento, são apropriados pelo capital e servem à sua reprodução e acumulação. Do lado do trabalho, há precarização crescente, e aqueles ganhos aparecem na forma ameaçadora do desemprego que prolifera em todos os cantos. Muitos perdem o emprego e os meios de vida; os que mantêm seus empregos são obrigados a enfrentar condições de trabalho cada vez piores e jornadas de trabalho mais intensas e, muitas vezes, mais longas.

Sob o capitalismo os ganhos da ciência e do conhecimento voltam-se, e servem, ao capital, ao contrário daquilo que exige o progresso social. É nesse sentido que o capitalismo perdeu seu caráter progressista, deixando de servir ao conjunto da sociedade; é preciso que ele seja superado por um outro sistema de organização da vida para todos os benefícios que as maravilhas da tecnologia proporcionam se estendam a todos, e não apenas para a reprodução e acumulação do capital.

Desafio prossegue

Diz-se, peremptoriamente, que “o comunismo acabou”. Os acontecimentos da última década parecem dar razão aos que pensam assim, e ignoram olímpicamente — e eurocentricamente — que o século termina com um quarto da humanidade (cerca de 1,5 bilhões de pessoas) vivendo em nações onde prossegue o esforço de construção do socialismo — China, Vietnã, Coreia e Cuba. Mas a luta apenas começou e, dadas as graves dificuldades que o capitalismo cria para si próprio, para os trabalhadores e para os povos, ela vai aprofundar-se, e tomar novos rumos. O destino das revoluções do século XX lembra o que Marx disse (em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*) daquelas que assistiu em seu tempo. As revoluções proletárias, escreveu, “se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos, até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: *Aqui está Rhodes; salta-o*” (*).

(*) Frase tirada por Marx de uma fábula de Esopo. Nela, um homem, ao gabar-se de ter testemunhas para provar que havia saltado a estatura de Rhodes, es, um dos colossos da Antiguidade, respondeu como resposta: “Para que citar testemunhas? Aqui está Rhodes; salta-o”.

de um capitalismo *civilizado* caiu por terra, tornando visível aquela realidade prevista pelo marxismo; e que a impressão de prosperidade encobriu durante décadas, uma realidade revelada pelas pesquisas dos próprios organismos gerais do capitalismo, como a ONU, a OCDE, ou o Banco Mundial, que mostram o crescimento assustador da pobreza e do desemprego ainda maior no final do século, quando o capitalismo pareceu vitorioso em todos os quadrantes. Incremento da miséria não apenas nos países pobres, onde ela é endêmica e parece natural, mas também nas nações que pareciam já ter deixado para trás a triste realidade da existência humana precária.

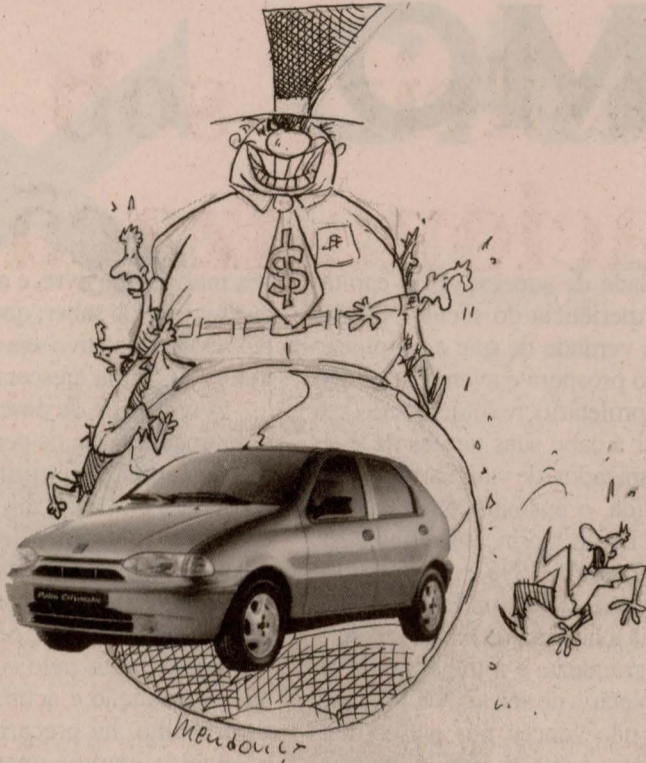
Individualismo fortalecido

Outra questão é o problema do conhecimento. A educação formal, escolar, das massas cresceu sob o capitalismo. Aliás, esta é uma das tarefas históricas que o marxismo identificou neste regime: ao elevar o nível educacional, ele deveria fortalecer nas pessoas a noção de liberdade em relação às forças externas a elas e que, nos regimes anteriores, as dominavam, impedindo o desenvolvimento das múltiplas facetas de sua individualidade. A aquisição de conhecimentos é fundamental para isso. Entretanto, no século XX, a ênfase no indivíduo, característica do capitalismo, perverteu esse desenvolvimento sob este regime, e o que vimos foi o fortalecimento do individualismo, de uma

Vanguarda revolucionária

Outra idéia difundida pela propaganda burguesa neste século diz que as revoluções foram feitas *por partidos*, e não diretamente pelos trabalhadores, confirmando a tese de que, *ao contrário* do que teria previsto Marx, não são os operários que se revoltam contra o capitalismo, mas sim *políticos profissionais* estranhos a eles. Esta tese é estranha ao marxismo, para quem a consciência revolucionária é fruto do acesso ao conhecimento teórico, à ciência, que — em consequência das próprias condições de trabalho e de vida dos trabalhadores — são levados à massa pela vanguarda proletária, por aquele destacamento que, dedicando-se à tarefa árdua de compreender as contradições do capitalismo, organiza o partido político proletário e mobiliza o conjunto dos proletários, criando as condições para que possam alcançar a consciência classista

INTERNACIONAL



Fiat: número um, mas...

Para se tornar a principal montadora do mercado brasileiro de automóveis, a Fiat desenvolve uma estratégia agressiva contra o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG). Mas os trabalhadores não se vergam. O autor deste artigo, publicado no jornal do Partido do Trabalho da Bélgica, esteve recentemente em visita ao Brasil

THOMAS GOUNET

Os países do Terceiro Mundo são peças essenciais na estratégia da Fiat em nível mundial. Sob o impacto de intensa concorrência nos grandes mercados dos países ricos, o construtor italiano, especializado em automóveis de pequeno porte, ensaia explorar o desenvolvimento de nações como o Brasil para vender seus veículos. A Fiat emprega 26.530 trabalhadores em Betim, nos subúrbios de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Os salários pagos são ainda bem mais baixos do que a média dos trabalhadores nas montadoras instaladas no Estado de São Paulo, onde se concentrou tradicionalmente a indústria automobilística no Brasil. Mas o cálculo dos italianos, pensando em explorar mão-de-obra mais dócil, deu com os burros n'água: em Betim se desenvolve um sindicalismo combativo, tendo como base os delegados sindicais da CUT, a Central Única dos Trabalhadores (*).

Os sindicalistas, entretanto, são sistematicamente pressionados pela direção da empresa, que pergunta aos sindicalizados "por que são sindicalizados? não estão de acordo com a política da empresa? não estão contentes com tudo que a fábrica faz por eles?..."

Os trabalhadores, no entanto, participaram das greves, desencadeadas no país inteiro a partir de outubro do ano passado. O objetivo deste movimento de metalúrgicos era acertar uma convenção nacional por uma jornada de trabalho de 36 horas semanais contra as 42 horas atualmente em vigor, pela equiparação salarial entre os trabalhadores das montadoras e das empresas terceirizadas, pelo respeito aos delegados sindicais etc.

Quando os trabalhadores da fábrica de Betim pararam as máquinas, a Fiat apelou para a polícia para impedir que os delegados sindicais entrassem na unidade de produção. Como isso não foi suficiente, a empresa lançou mão de sua milícia privada. Foram os próprios dirigentes da multinacional que deram ordens para

reprimir os trabalhadores. Depois desta manifestação, oito delegados sindicais foram mandados embora da fábrica. Mesmo assim as greves continuaram.

A montadora italiana instalou-se no Brasil no início dos anos 90. A Fiat era então a terceira no país, atrás da Volkswagen e da General Motors. O presidente brasileiro na época decidiu, em 1992, reduzir os impostos sobre os automóveis populares. Foi então que a Fiat relançou o Uno Mille, que pôde ser vendido, devido aos baixos salários pagos, ao preço de 7.250 dólares. Foi um sucesso e a Fiat ultrapassou as vendas da GM. No final da 1995, a Fiat investiu 2 milhões e 500 mil dólares na unidade de Betim. O Estado de Minas Gerais concedeu subsídios e muitas facilidades para a implantação da fábrica na região. Foi então que a empresa italiana introduziu o Fiat Palio, fundamentalmente destinado aos países do Terceiro Mundo.

As empresas sub-contratadas, tradicionalmente baseadas em São Paulo, tiveram de se transferir para Belo Horizonte. Cerca de 70% dos componentes são fabricados nestas empresas. A organização da produção na fábrica também sofreu transformações: a Fiat introduziu o toyotismo na linha de montagem.

Como resultado, em 1997 a Fiat vendeu 509 mil automóveis no Brasil, equiparando-se ao nível de vendas da Volks que sempre foi historicamente a líder do mercado brasileiro. Os lucros chegaram aos 120 milhões de dólares.

Com a crise financeira do país, as vendas caíram 21% em 1998. O nível de produção baixou para 365 mil carros. A Fiat diminuiu a produção e reduziu seus custos, com conseqüências nefastas para os trabalhadores.

As recentes greves no Brasil são movimentos importantes e merecem todo nosso apoio. É com a solidariedade que os trabalhadores poderão enfrentar os patrões, mesmo os mais agressivos. ■

* Já por várias gestões, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim é dirigido pela Corrente Sindical Classista - CSC (Nota do tradutor)

Cuba exige a volta de garoto seqüestrado nos Estados Unidos

LUIZ MANFREDINI

Os cubanos vivem, há quase dois meses, um gigantesco movimento popular que se arrasta pelo país: a luta pelo retorno do menino Elián Gonzáles, seqüestrado nos Estados Unidos no final de novembro, depois que sua mãe e seu padrasto tentaram, numa embarcação rudimentar, atingir o litoral da Flórida e, por fim, naufragaram. O menino foi encontrado por pescadores norte-americanos e acabou nas mãos dos cubanos exilados em Miami, impedido de retornar a Cuba, onde mora seu pai Juan Miguel Gonzáles.

O movimento pela volta de Elián é, de fato, um fenômeno nacional que polariza toda Cuba nos dias de hoje. Para enfrentar o seqüestro, o governo — como sempre ocorre diante de acontecimentos de grande magnitude na Ilha — convocou o povo a manifestar-se. E o povo vem se manifestando aos borbotões, capitaneado pela juventude. Nesta região do mundo a guerra fria não terminou. Um palanque dotado de equipamentos de som, ao lado de *out-dors* exigindo a volta de Eliancito e denunciando as maquinacões norte-americanas, foi instalado diante do escritório de interesses dos Estados Unidos, no Macelon, avenida que beira parte da orla de Havana. É a "Tribuna Aberta", com a peculiaridade de instalar-se, simbolicamente, em qualquer ponto do país onde venham a ocorrer manifestações. Assim, o povo cubano vem se manifestando maciçamente em Havana (duas das passeatas, a popular e a das mães e avós, reuniram cada qual mais de 100 mil pessoas), Santiago (uma marcha levou às ruas cerca de 150 mil cubanos), Santa Clara, Cárdenas e outras localidades, com transmissão direta por rádio e TV. Escritores, jornalistas, artistas, intelectuais, estudantes realizaram eventos específicos de protesto à situação do menino cubano, de apenas seis anos de idade.

Educação ideológica

O movimento, no entanto, transcende ao fato em si. Em torno do seqüestro perpetrado pela extrema-direita norte-americana e pela máfia cubana de Miami, o governo e o Partido Comunista cubano estão realizando um grande esforço que combina o protesto popular — que visa pressionar pelo retorno do menino — com a educação ideológica. Assim, extraem do caso Elián, além das conseqüências mais estritas, também as que dizem respeito à luta mais geral contra o imperialismo — que rosna a 140 quilômetros da Ilha — e aos fundamentos da revolução de 1959, da necessária unidade popular e independência nacional, dos avan-

ços do socialismo e de um conjunto de traços essenciais da conduta moral socialista. Daí porque a "Tribuna Aberta" será mantida onde está para tornar-se, segundo explicou Fidel, "uma escola permanente de educação cultural, uma escola permanente, digamos, de cultura geral e cultura política".

Não que os cubanos estejam subestimando a estrita circunstância do seqüestro do menino. O fato é de uma brutalidade indiscutível. Não o sustenta nem mesmo a legislação norte-americana, tampouco o Direito Internacional Privado. Cuba tem recebido numerosas moções de solidariedade de vários países do mundo. O padrasto do menino era um vagabundo que já havia sido preso por diversos delitos. Há um tempo, saiu ilegalmente de Cuba para uma temporada de três meses nos Estados Unidos. Depois voltou, também ilegalmente, e organizou uma nova saída ilegal, desta vez levando a mulher, o enteado e mais 14 pessoas. Estas pagaram, cada qual, 1 mil dólares pela travessia. Assim Elián foi retirado de Cuba às escondidas, sem a legalmente exigida autorização do pai. Apesar do serviço norte-americano de imigração já ter admitido que o menino deve voltar a Cuba e ao pai que é seu responsável, a máfia cubana pressiona com medidas judiciais oportunistas para retardar e, se possível, evitar a volta de Elián, ao seu país e, assim, incrementar ainda mais sua luta contra Cuba e seu povo.

Ocorre que, sobretudo na atualidade, o país é tanguido a reintroduzir em sua economia mecanismos de mercado. Com eles, inevitavelmente, surge a ideologia correspondente, oposta aos valores socialistas que, afinal, sustentam a trajetória de uma revolução. Por isso, em Cuba é grande a preocupação com a formação de valores, em particular nas novas gerações. Assim, vários acontecimentos políticos, econômicos ou culturais são comumente tratados a partir dessa perspectiva de fortalecimento ideológico e com ampla mobilização popular. Como afirma o vice-presidente da Sociedade de Investigações Filosóficas, José Ramón Fabelo, "a imprescindível entrada de capital internacional, as reformas capitalistas que o acompanham e os indiscutíveis benefícios que recebem os trabalhadores inseridos nas esferas vinculadas ao capital estrangeiro e ao fluxo de divisas, introduzem novos elementos que distorcem a consciência de valores". Mais uma vez a corajosa Ilha é tanguida a caminhos que não escolheu. Não recusa as imposições históricas, em favor da preservação do socialismo, procurando enfrentar os contrabandos ideológicos como sempre fez: com o povo na rua e em movimento em favor do caminho revolucionário. ■



Em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho

Entre em contato com o PCdoB de sua cidade!

"Ou o povo brasileiro toma em suas mãos o destino do país e promove uma mudança de rumo, ou a nossa pátria estará condenada à violação ainda mais brutal de sua soberania e à deterioração ainda maior da vida de seu povo. Não nos deixamos derrotar. A memória do Brasil, no futuro de um mundo melhor, que saberá construir".

INTERNACIONAL

A Amazônia brasileira sob ameaça de internacionalização

Socorro Gomes*

Está em curso uma campanha para subtrair ao Brasil aproximadamente a metade do território nacional — a Amazônia. Tal campanha tem como elemento central o questionamento da plena soberania brasileira sobre a Amazônia. A motivação geral dos seus protagonistas é a promoção de interesses dos potentados internacionais, econômicos e geo-estratégicos, acobertados por um discurso supostamente preservacionista que tem o poder de cooptar certas correntes de opinião no interior do país.

Limitando-se com sete países, a Amazônia brasileira detém 4.978.247 km², representando mais de 2/3 das fronteiras do Brasil; 4/5 de suas florestas; 1/5 das florestas tropicais da terra. Suas entranhas guardam as maiores jazidas minerais do planeta, que tornam o Brasil o maior produtor de ferro do mundo; detentor de 15% das reservas mundiais de bauxita, além de imensas reservas de tungstênio (90% das reservas brasileiras desse mineral se encontram na Amazônia), urânio, quartzo, nióbio, titânio e outros minerais estratégicos.

Em um hectare de mata na Amazônia podem-se encontrar 500 espécies vegetais diferentes! Existem no mundo cerca de 50 milhões de espécies, dentre as quais apenas cerca de 1,5 milhão são conhecidas. Ocupando menos de 7% da superfície terrestre, as florestas tropicais possuem a metade das espécies do planeta. A Amazônia é, além da maior província mineral do planeta, a mais rica em diversidade genética. Detém 1/3 das reservas florestais da Terra.

A bacia hidrográfica é maior que a do Nilo, a do Congo, a do Mississipi-Missouri. A quinta parte de toda a água doce do planeta está concentrada na Amazônia. Enquanto que no primeiro mundo há escassez do precioso líquido, há na região o maior volume de água “de beber” da face da terra.

Em meados do século passado, era corrente a opinião dos círculos governamentais dos EUA que a Amazônia estava à espera das “raças fortes e decididas” para a empresa de sua conquista científica e econômica. Os ambiciosos ianques sempre cuidaram de não mencionar às claras as pretensões locais, norte-americanas, mas as encobriram sob a envoltura dos “interesses dos demais membros da grande família internacional”, conforme o escritor, estudioso e ex-governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, em sua preciosa obra *A Amazônia e a cobiça internacional*.

Jornais estadunidenses veicu-

lavam artigos sobre as imensas fontes de riquezas nos trópicos, ao mesmo tempo em que falavam da “incapacidade dos brasileiros para a operação do desenvolvimento da região”. Esses argumentos foram urdidos pela primeira vez em 1850. Ainda segundo

Ferreira Reis, naquela altura a estratégia dos EUA centrou-se na tentativa de obter a livre navegação no interior da Amazônia. O Congresso e o governo dos Estados Unidos exerceram forte pressão sobre o governo brasileiro, o que se expressou, por exemplo, no informe reservado do então embaixador do Brasil nos EUA, Teixeira de Macedo, ao ministro brasileiro, aconselhando que o Brasil entregasse ao mundo a navegação no interior da Amazônia, mediante o “pagamento dos direitos de consumo” e um contrato firmado, no qual, para maior “cautela”, condicionasse a livre navegação nos rios da Amazônia ao reconhecimento do domínio exclusivo do Brasil sobre a região por 100 anos. Se tal acordo tivesse vingado, a Amazônia brasileira passaria para outros donos a partir de 1950.

A campanha atual contra a plena soberania brasileira sobre a Amazônia é feita principalmente pelos EUA e pelos demais países do chamado grupo dos Sete Grandes, o G-7. Tanto em Miami, quanto no Reino Unido, carros transitam com adesivos com o slogan “defenda a floresta, queime um brasileiro” ou, “proteja a Amazônia, mate um brasileiro”, sem que o governo brasileiro tenha manifestado algum protesto. Esta é a face mais tosca e primária da corrente de opinião que vai sendo fabricada contra o Brasil e a Amazônia. Os mentores de tal campanha são autoridades de governos que defendem abertamente seus interesses.

Na década de oitenta, Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra britânica, exigia que os países em desenvolvimento vendessem inclusive seus territórios para pagar a dívida externa. O atual vice-presidente dos EUA, Al Gore, vociferava em 1989 que “ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, é de todos nós”. A expressão *todos*, no caso, refere-se aos Estados Unidos da América e aos seus aliados. No mesmo ano, o presidente francês, François Mitterrand, “orientava”: “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa



sobre a Amazônia.” Por sua vez, o primeiro-ministro britânico, John Major, em 1992, por ocasião da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, foi elucidativo quanto às intenções das superpotências: “...as campanhas ecológicas internacionais sobre a Amazônia entram na fase operativa, que obviamente pode ensejar intervenções militares diretas na região.”

O ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, chamava a atenção em 1994 para o fato de que, segundo ele, os países industrializados não manteriam seus impérios se não controlassem as fontes de reservas de recursos naturais, e que usariam de pressão, coação, diplomacia agressiva etc., para garantirem esse controle. Não por acaso os EUA estão à frente de todos os grandes projetos de pesquisas científicas na região amazônica. E enquanto realizam tais atividades, os norte-americanos tentam inocular nos brasileiros, como já denunciava o senador Severo Gomes, de saudosa memória, “o veneno da incapacidade industrial”, “o sentimento de sub-raça”, contando para isso com brasileiros a soldo de tão sórdida “tarefa”.

A defesa do meio-ambiente tem sido sistematicamente utilizada como pretexto para a adoção de um novo paradigma: a preservação ambiental como valor absoluto e universal, objetivo supremo em nome do qual podem ser apagadas as fronteiras nacionais. Tanto amor ao meio ambiente não resistiu, porém, à votação do Acordo Internacional sobre o Controle da Emissão de Gases Poluentes na Atmosfera, rejeitado pelo Congresso norte-americano em nome dos interesses das indústrias norte-americanas, mesmo sendo os EUA o país que mais contribui para o aumento da poluição no planeta.

Segundo William Nazaré Gama, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA —, o projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais — PDBFF (convênio INPA/Smithsonian Institution —

órgão de pesquisa do Congresso norte-americano) tem origem numa expedição científica da ONG norte-americana WWF para pesquisar o tamanho mínimo crítico de um ecossistema amazônico de forma a não haver perda da biodiversidade provocada pe-

los desmatamentos. Diz o pesquisador Nazaré Gama: “as decisões sobre o desenvolvimento do projeto são tomadas em uma reunião anual realizada em Washington, onde a participação brasileira é minoritária, além disso os recursos financeiros são administrados diretamente de Washington”. Tal constatação não deixa dúvidas quanto à subordinação dos interesses brasileiros aos dos países estrangeiros, sem controle de saída do material científico, sem qualquer proveito para o país. Isso comprova que, para atingir seus objetivos, os países do G-7 contam com instrumentos políticos e legais que lhes facilitam a concretização de seus intentos.

Os Estados Unidos têm utilizado sua diplomacia agressiva e a subserviência das elites locais para fazer valer sua vontade. Foi assim no caso Sivam, quando conseguiram assumir a liderança do projeto. Assim tem sido na pesquisa e lavra das grandes reservas de jazidas minerais. Consta-se o mesmo com a tomada da direção política e administrativa pelos países do G-7 do Plano Piloto para Proteção das Florestas Tropicais.

Outro projeto que se insere na mesma lógica é o que foi batizado de “padrinhos da floresta”, no Estado do Pará, inventado em escritórios de empresas norte-americanas. Esse projeto consiste na concessão por 30 anos de áreas florestais para pessoas físicas ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras, incluindo, ao que tudo indica, o direito à pesquisa e ao patenteamento dos produtos nelas obtidos. Para efeito propagandístico, o propósito transcende o aspecto econômico, por tratar-se de medidas para assegurar a “proteção das florestas”.

As autoridades brasileiras têm assinado ajustes complementares para cooperação no projeto de pesquisas sobre a biodiversidade na Amazônia, que através da Agência Espacial Norte-Americana (NASA) já está em execução, sem que o Congresso Nacional,

os pesquisadores brasileiros, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tenham opinado a respeito das possíveis consequências da primazia que terá a NASA sobre as informações. O governo brasileiro renuncia ao acesso aos dados originais, a não ser depois que os americanos fizerem suas cópias. A pesquisa visa a obter respostas sobre os efeitos que as mudanças no uso da terra e as alterações climáticas terão sobre o funcionamento biológico, químico e físico da Amazônia, incluindo sua sustentabilidade e sua influência no clima global. Obter informações detalhadas, desnudar a Amazônia, sempre foi um dos objetivos das potências ocidentais.

Tudo indica que a ofensiva estrangeira em direção à Amazônia está ingressando numa nova fase. O chefe do órgão de informação do Exército norte-americano declarou que, “caso o Brasil resolva fazer mau uso da Amazônia, que prejudique o meio ambiente dos EUA, temos de estar prontos para interromper imediatamente”. As potências imperialistas preparam objetivamente uma intervenção “ambientalista”.

Tais ameaças têm gerado inquietação e provocado até mesmo a mobilização das Forças Armadas brasileiras. O comandante militar da Amazônia, general-de-exército Luís Gonzaga Lessa, explicou que o Exército brasileiro aumentou em muito os efetivos na região “porque estamos percebendo que as ameaças estão se avolumando”. Recentemente um exercício militar rotineiro transformou-se em treinamento de guerra no lado brasileiro da fronteira com a Colômbia. Em menos de 12 horas deslocaram-se para lá mais de 8.000 soldados, numa demonstração de que as Forças Armadas brasileiras estão se preparando para qualquer eventualidade em que se configure um ataque *de facto* à integridade territorial brasileira.

Se as elites dominantes e o próprio governo, de cedência em cedência, entregaram na bacia das almas o patrimônio nacional, chegou a hora de fazer soar alto o alarme da consciência nacional. O Brasil só enfrentará tamanha ofensiva do imperialismo internacional se na sua defesa estiver empenhado o esforço cívico coletivo de seu povo. Uma nova corrente patriótica conjugada com o movimento político democrático e a luta pelo trabalho e pela existência poderá constituir a força capaz de defender a Amazônia como parte inalienável do território brasileiro e da soberania nacional.

*Coordenadora do Movimento em Defesa da Amazônia no Pará

HISTÓRIA

Uma visão real de Kruschev

O texto abaixo, de Lazar Kaganovich, líder político na época de Stálin, revela um lado obscuro do papel representado por Nikita Kruschev, ex-dirigente soviético, e os passos para a ascensão revisionista

“Considero necessário responder à questão colocada por alguns de meus amigos e outros, que me criticam pelo fato de que fui o principal promotor de Kruschev durante vários anos.

Como secretário do Comitê Central era minha atribuição o trabalho relativo aos quadros do Partido e promovi muitas pessoas capazes, especialmente da classe operária. Foi assim que encontrei Kruschev.

Em 1925, na condição de recém-eleito secretário geral do Comitê Central do Partido Comunista da Ucrânia, saí da Cracóvia em visita ao centro industrial de Donbas, principalmente à Yuzovka, onde havia trabalhado clandestinamente até a Revolução.

Depois de visitar uma série de minas, fábricas, vilas e bairros participei da Conferência do Partido em Okrug. Foi durante a Conferência que um delegado me procurou, era o camarada Kruschev.

Ele disse: “Você não me conhece, mas eu o conheço, você nos visitou no começo de 1917. Venho procurá-lo com um problema pessoal. Para mim é muito difícil trabalhar aqui. O fato é que em 1923 e 1924 apoiei os trotskistas, mas já ao final de 1924 compreendi e admiti publicamente meu erro. Fui inclusive eleito secretário do Comitê Distrital, mas o tempo todo alguém me lembra do passado, especialmente o camarada Moisinko, do Comitê Regional. Nossa delegação designou-me para presidir a Conferência e aqui estou lhe pedindo que, na condição de secretário geral do Comitê Central da Ucrânia, me ajude, enviando-me para outro lugar.”

Tive uma boa impressão de Kruschev. Gostei de sua abordagem direta e da determinação de sua posição e prometi a ele que quando chegasse à Cracóvia pensaria para onde poderia ser transferido. Pouco depois, já na Cracóvia, meu assistente me disse que o camarada Kruschev, recém-chegado de Donbas, estava telefonando da estação para perguntar se poderia recebê-lo e eu disse: “Deixe-o vir!”. Recebi-o imediatamente. Ainda posso me lembrar o quanto ele me agradeceu por tê-lo recebido prontamente. Ele disse: “Achei que teria de esperar muito na ante-sala.”

Percebi que parecia pálido e lhe disse: “Provavelmente você veio direto da estação de trem e deve estar faminto.” Ele sorriu e respondeu: “Você é um ótimo observador e percebe as coisas com muita rapidez. Realmente faz um bom tempo que não como nada.” Ao que respondi: “Então você vai comer alguma coisa e depois conversaremos.”

Ele foi servido de chá e sanduíches – que comeu com grande apetite. Então lhe perguntei: “O que você acharia se nós o levássemos agora para o Comitê Central como instrutor da comissão de organização do CC e veremos se surge uma oportunidade de trabalhar regionalmente.”

“Isso”, disse ele “é demais para mim... acabei de chegar à Cracóvia e já serei aproveitado no Comitê Central? Mas já que expressei sua opinião, logicamente, agradeço demais pela confiança e, com certeza, estou a postos.”

Após algum tempo, observei que ele era um colaborador bastante eficiente e, sabendo que o Comitê Regional de Kiev estava precisando de gente nova, o transferei para lá como instrutor do Comitê Central. Em Kiev, Kruschev foi escolhido para o cargo de chefe da Comissão de Organização do Comitê Regional, tendo trabalhado até 1929.

Nessa época eu já estava trabalhando no Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (Bolchevi-

que) – PCUS(B), em Moscou. E, em 1929, mais uma vez, me avisaram que o camarada Kruschev, vindo de Kiev, perguntava se poderia recebê-lo. Novamente o recebi sem nenhuma demora.

Ele me pediu para ajudá-lo a alcançar seu intento de ingressar na Academia Industrial Stálin, dizendo: “Cursei a faculdade dos operários, mas não completei meus estudos porque fui chamado para o trabalho partidário. Agora estou realmente querendo estudar na Academia Industrial. Pode ser que seja reprovado nos exames, mas se pudesse me conceder esse privilégio, agradaria firmemente a oportunidade.”

Muitos dos alunos da Academia Industrial eram operários do Partido que haviam sido dispensados dos exames e, após consulta aos camaradas Kuibyshev e Molotov, fiz um telefonema à Academia e lhes pedi que admitissem o camarada Kruschev.

Quando, em 1930, eu já havia sido eleito para o Secretariado do Comitê do Partido em Moscou, acumulando o cargo no Secretariado do Comitê Central, e tinha de tratar com várias células do Partido na Academia Industrial, soube que as coisas não andavam bem por lá.

Visitei uma das células e me encontrei com a maioria de seus membros mais ativos. Ouvi muitas reclamações contra o trabalho insatisfatório da célula do Biró e de seu secretário. O camarada Kruschev estava entre os descontentes. Após consultar o Comitê Distrital, nomeamos o camarada Kruschev secretário da célula. Nessa época a luta com a ala da direita tinha se intensificado e o camarada provou sua capacidade nesses embates.

Na Conferência Distrital da região de Buman, o Comitê Distrital foi reeleito e o camarada Kruschev, por sua vez, eleito secretário. Após algum tempo, estávamos precisando de um novo secretário para uma região mais ampla – Krasnopresnensk – e decidimos nomear o camarada Kruschev como secretário do Comitê Distrital de Krasnopresnensk.

Novamente, após certo tempo, quando foi necessário um segundo-secretário para o Comitê de Moscou, eu, como primeiro-secretário, nomeei o camarada Kruschev. Mais tarde, ele foi escolhido como primeiro-secretário do Comitê do Partido na cidade de Moscou (que na época fazia parte do Comitê Regional, portanto o camarada Kruschev permaneceu também como secretário do Comitê de Moscou).

Lembro-me quando consultei o camarada Stalin sobre essa questão. Comentei que o camarada Kruschev era um bom quadro para o Partido e falei também sobre o seu passado trotskista nos anos de 1923 e 1924.

O camarada Stalin perguntou: “E ele conseguiu superar esses erros?” Ao que eu repliquei, “Não somente os ultrapassou como também tem lutado ativamente contra eles.” “Muito bem, então,” disse Stalin, “promova-o, especialmente se ele é um bom colaborador do Partido”. Recordo-me que já era tarde da noite e eu estava jantando com o camarada Stalin, em sua casa, quando ele perguntou à sua esposa: “Nadya, esse é o mesmo Kruschev, da Academia Industrial, que você comentou se tratar de um excelente colaborador do Partido?”, “Sim”, ela respondeu, “É ele mesmo.”

Tempos depois o camarada Kruschev foi convidado para vir para o Secretariado do Comitê Central onde o camarada Stalin lhe disse:

“Já que o seu erro no passado levanta preocupações, fale sobre ele durante a votação na Conferência e o camarada Kaganovich dirá que o Comitê Central tem conhecimento dessa questão e confia em você.” E assim foi feito.

Kruschev trabalhou bem em Moscou e justificou a confiança nele depositada. Depois de Moscou, ele foi enviado para o Comitê Central da Ucrânia, onde trabalhou como primeiro-secretário do Comitê Central do Partido Comunista da Ucrânia (Bolchevique) e como presidente do Conselho do Povo.

Ele fez muito pelo desenvolvimento da Ucrânia, através da industrialização, da coletivização, da luta contra os inimigos, incluindo os trotskistas, os “direitistas” e os nacionalistas. Como todas as pessoas, naturalmente, ele cometeu erros e teve suas deficiências, mas mostrou-se competente, especialmente durante a Guerra Patriótica, como membro do conselho militar da frente.

Em 1947, o Comitê Central do PCUS(B) considerou necessário separar as funções do primeiro-secretário do Comitê Central e do presidente do Conselho de Ministros da República Socialista Soviética Ucraniana devido à seriedade da situação na Ucrânia.

O Comitê Central enviou o secretário do Comitê Central do PCUS(B) e membro do Biró Político, M. Kaganovich, para a Ucrânia como primeiro-secretário do Comitê Central do Partido Comunista Bolchevique da Ucrânia.

Lembro-me como Kruschev, apesar de aborrecido e talvez até mesmo magoado com a decisão do CC do PCUS(B), procurou-me pessoalmente e disse-me animadamente: “Estou muito contente por você estar assumindo o cargo de primeiro-secretário”. E, naturalmente, prometi a ele que minha tarefa seria ajudá-lo e ao Comitê Central do Partido Comunista da Ucrânia (B). E assim aconteceu, trabalhamos muito amigavelmente.

No meu retorno a Moscou, relatei ao camarada Stalin que a situação da Ucrânia havia melhorado um pouco, mas ainda era difícil. Solicitei que fosse enviada uma ajuda adicional para lá e ele me atendeu.

Posteriormente, o camarada Stalin perguntou-me sobre Kruschev. Fiz uma boa e imparcial avaliação e salientei que como todo mundo ele possuía suas dificuldades. Neste quesito, mencionei, em particular, a demonstração de autoconfiança excessiva e uma atitude de sabichão, mas disse também que, de qualquer forma, ele havia se tornado uma importante liderança operária e tinha capacidade de crescer ainda mais.

Devo dizer que exatamente nessa época Stalin estava procurando e encorajando intensamente pessoas capazes e eficientes. Ele vinha acompanhando e analisando, por exemplo, o trabalho de Pervukhin, Kossiguin, Malenkov etc. Stalin ouviu falar inicialmente de Malenkov logo que nós o trouxemos do Comitê de Moscou, onde o camarada trabalhara como chefe da organização e, então, mais tarde, o designou para o cargo de chefe da Célula Organizacional do Comitê Central.

Além do mais, desde o início dos anos 50 Stalin começou a manter Kruschev cada vez mais próximo de si. Desde 1952, até a sua morte, Kruschev e Malenkov permaneceram sendo os convidados especiais para a casa de campo de Stalin, em Blizhny.

Até hoje, às vezes, me perguntam se me arrependo de ter introduzido Kruschev na liderança do Partido. E respondo: “Não, não me arrependo. Ele cresceu diante dos meus olhos desde 1925 e tornou-se um importante e famoso líder regional. Nosso país e nosso Partido tiveram benefícios tremendos com ele. É claro que ele errou e teve suas deficiências, mas ninguém é perfeito”.

Entretanto, o ápice do Partido – “o alto da torre de vigia” – ou seja, a posição de primeiro-secretário do Comitê Central do PCUS(B) – provou ser um posto muito alto para ele. (Nesse caso não fui o responsável por sua promoção, embora tenha votado nele).

Há pessoas que sentem “vertigem” com grandes alturas. Kruschev revelou ser esse tipo de pessoa. Encontrando-se na posição mais alta, sua cabeça começou a girar, o que foi perigoso para ele e, especialmente, para o Partido e para o país, uma vez que claramente Kruschev demonstrou ter muitas deficiências nos campos cultural e teórico.

A modéstia e o autodidatismo, que antes eram suas qualidades, pareciam ter sido deixados para trás – o subjetivismo, a atitude de sabichão combinados com a “heurística” pareciam estar em posse de sua conduta, e isso certamente não poderia levar alguém a um bom resultado. Esse fato além de muitas outras coisas forçaram a queda de Kruschev da “torre de vigia”.

As linhas acima foram escritas por mim, antes da publicação das “memórias” de Kruschev, as quais não tive oportunidade de ler quando foram publicadas nos EUA e nem mesmo consegui obtê-las em Moscou.

Quando perguntei ao camarada Molotov se ele as havia lido, ele disse que sim. Respondendo à minha pergunta específica sobre o que havia achado das memórias, ele disse: “É um documento antipartidário”. Então lhe perguntei: “Será que Kruschev realmente chegou a esse ponto?” Molotov me respondeu: “Sim, sim, na sua amargura, e presenciando o fim de sua carreira como um líder de Estado, ele chegou até esse ponto, o que realmente representou a queda até o fundo do poço.

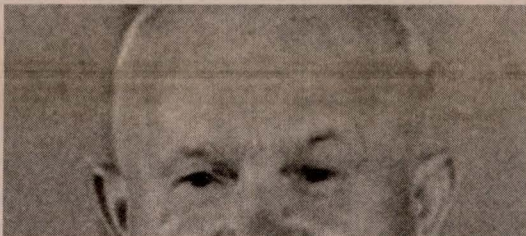
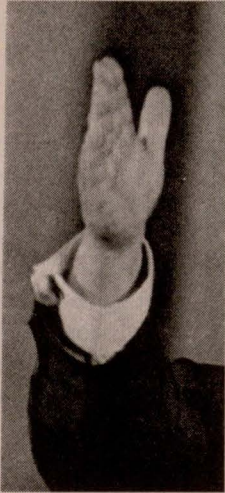
tanto do ponto de vista político quanto partidário”.

Quando, perturbado e ressentido, comentei, “É... isso é realmente muito triste,” Molotov disse, “Foi você quem o promoveu.” “Sim,” respon-

di, “de fato eu o promovi, mas até um certo ponto. Não fui quem o indicou para primeiro-secretário do Comitê Central, porque sabia que ele não estaria à altura das dificuldades do cargo e, certamente, falharia. Ao final, todos vocês, incluindo você, Vyacheslav, já tinham aceitado a proposta colocada por Malenkov e Bulganin.”

Após ter lido as famosas memórias de Kruschev, publicadas no *Ogonyok*, me convenci de que a avaliação de Molotov estava certa.

Pessoalmente, eu nutria sentimentos muito afetuosos por ele, mas, aparentemente, eu fora enganado. Ficou claro que Kruschev provou não apenas ser um “camaleão” mas também um reincidente do trotsquismo.



FORMAÇÃO

FICHA DE LEITURA

Esquerdismo, doença infantil do comunismo - *Lenin*

AUGUSTO BUONICORE

1. O CONTEXTO

Lenin escreveu este livro entre abril e maio de 1920, às vésperas do II Congresso da Internacional Comunista (julho-agosto). A obra serviu como principal instrumento da luta teórica e ideológica contra os desvios esquerdistas que ganhavam corpo no jovem movimento comunista internacional.

Depois de demarcar o campo com o reformismo da II Internacional no pós-1914, vencer o esquerdismo passava a ser uma condição essencial para construção de partidos comunistas com ampla influência de massa e capazes de, efetivamente, se constituírem enquanto vanguardas do processo revolucionário que fora aberto com a grande Revolução de Outubro de 1917.

Afirma Lenin: "Se a primeira tarefa histórica (...) não podia ser cumprida sem uma vitória ideológica e política completa sobre o oportunismo e o social-chovinismo, a segunda tarefa, que é (...) atrair as massas para essa nova posição (...), não pode ser cumprida sem liquidar o doutrinismo de esquerda, sem corrigir completamente seus erros, sem desembaraçar-se deles".

A obra de Lenin cumpriu plenamente seu papel e ajudou os jovens partidos comunistas a derrotar o esquerdismo em suas fileiras e se forjar enquanto partidos verdadeiramente revolucionários, capazes de articular os princípios do marxismo e uma prática política ampla e flexível.

Esta obra é um verdadeiro compêndio da estratégia e da tática leninista, é a consolidação das experiências dos operários e bolcheviques no processo revolucionário russo iniciado nos primeiros anos deste século.

2. A OBRA

Esta obra de Lenin se divide em dez capítulos. Nos quatro primeiros o autor aborda o significado internacional da Revolução Russa, apresenta as condições fundamentais do êxito dos bolcheviques, as principais etapas da história do bolchevismo e fornece um quadro das principais correntes que tiveram de enfrentar para se fortalecer e poder se colocar na condição de vanguarda revolucionária de todo o povo russo.

No quinto capítulo, critica duramente os comunistas "de esquerda" da Alemanha que procuravam cavar um fosso entre os chefes (revolucionários) e a massa, contrapondo a ditadura das massas à uma suposta ditadura dos chefes. Alguns esquerdistas alemães, radicali-

zando suas teses, chegaram a falsas conclusões sobre a inutilidade dos partidos políticos. Lenin reage violentamente: "Negar a necessidade do Partido e da disciplina partidária (...) equivale a desarmar completamente o proletariado, em proveito da burguesia".

Nos capítulos de VI a VIII trata da necessidade dos partidos comunistas atuarem nos sindicatos reacionários (no qual se encontravam as massas atrasadas) e nos parlamentos burgueses. Lenin advoga também a necessidade de se estabelecer acordos e compromissos na luta política revolucionária (**O conteúdo desses três capítulos serão discutidos mais à frente**).

No capítulo IX critica duramente as teses defendidas por grupos esquerdistas ingleses que tentavam construir um partido comunista unificado. Lenin se batia principalmente contra a sua política deliberada de recusar-se a estabelecer compromissos com o Partido Trabalhista, reformista, —mas que ainda congregava a maior parte da classe operária inglesa. No capítulo X apresenta algumas conclusões que também serão apresentadas mais à frente.

Alguns destaques dos capítulos previamente selecionados: (VI, VII, VIII, X)

Cap. VI - Os revolucionários devem atuar nos sindicatos reacionários?

■ Os esquerdistas alemães advogavam a tese de que os comunistas não deveriam atuar em sindicatos reacionários, e nesta qualificação incluíam os sindicatos dirigidos pela social-democracia alemã.

■ Lenin nega o caráter revolucionário da tática esquerdista. Ela seria profundamente errônea e colaboraria para manutenção da influência burguesa sobre os operários.

UM EXEMPLO: Os bolcheviques demonstraram, ainda em 1905, a utilidade desta tática atuando clandestinamente em um dos sindicatos mais reacionários da Europa: o sindicato organizado por Subatov, agente da polícia czarista. A ação bolchevique foi tão eficiente que em pouco tempo retirou os operários da influência reacionária da direção policial e colocou-os sob a direção dos elementos mais revolucionários.

■ Afirma Lenin: "Não atuar dentro dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos

operários aristocratas ou 'operários aburguesados'."

■ Continua o autor: "deve-se trabalhar obrigatoriamente onde estejam as massas (...) e os sindicatos e cooperativas operárias (estas pelo menos em alguns casos) são precisamente as organizações onde estão as massas".

PARA REFLETIR: No movimento sindical brasileiro, especialmente no final da década de 70, este debate esteve bastante aceso: atuar ou não na estrutura sindical oficial? Alguns setores defenderam que os operários mais avançados deveriam formar organizações livres à margem da estrutura sindical oficial. Ainda hoje estas posições esquerdistas encontram guarida no seio de algumas correntes que se recusam a atuar onde não tenham hegemonia e buscam construir organizações paralelas supostamente puras, adotando posições divisionistas. **Busque localizar traços destas concepções na prática política das correntes que atuam no movimento de massas no Brasil.**

■ Ao defender a participação nos sindicatos reacionários ele não traça nenhuma equivalência entre a organização sindical e a organização partidária. O Partido era uma forma superior de organização dos operários.

■ "Os sindicatos representam um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo (...) significam a passagem da dispersão (...) aos rudimentos da união da classe".

■ Mas, continua o autor, "quando começou a desenvolver-se a forma superior de união de classe dos proletários,



Lenin discursa durante o 2º Congresso da Internacional

o Partido revolucionário do proletariado, (...) os sindicatos começaram a manifestar inevitavelmente certos aspectos reacionários, certa estreiteza grupal, certas tendências para o apoliticismo, certo espírito de rotina, etc.

■ Era preciso que os revolucionários tivessem consciência disso e assumissem seu papel de vanguarda no processo educativo desta massa de homens e mulheres formados pelo capitalismo. Era com estes homens e mulheres que seria feita a revolução e construídas as primeiras etapas do socialismo. Afirma Lenin: "adiar a ditadura do proletariado até que não reste nenhum operário de estreito espírito profissional, nenhum operário com preconceitos tradeunionistas e corporativistas, seria um erro ainda mais grave".

■ Mesmo na ditadura do

proletariado é "inevitável a existência de certo 'espírito reacionário' nos sindicatos".

IMPORTANTE: Então para Lenin o sindicato tem um duplo caráter: de um lado é uma escola do comunismo e de outro uma organização limitada, quando comparada ao Partido revolucionário. O sindicato une parte da classe (uma categoria, os sindicalizados) na luta econômica de classes. O Partido representa os interesses histórico-universais do proletariado em seu conjunto. Às vezes ocorrem contradições entre os objetivos mais limitados (corporativos) dos sindicatos e os interesses gerais da classe que em tese devem estar representados no Partido. Nisto reside a persistência de certo "espírito reacionário" nos sindicatos durante a ditadura do proletariado.

Continua na próxima edição ■

ASSINE

A CLASSE OPERÁRIA



Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020
São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140
Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições
R\$ 15,00

- Pagamento:
- cheque nominal
 - dinheiro
 - Cartão nº Validade
 - Vale postal nº
 - Depósito na conta Ag.0251 C/C 48676-7, Banco Itaú

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Tel.: () _____

Correio eletrônico: _____

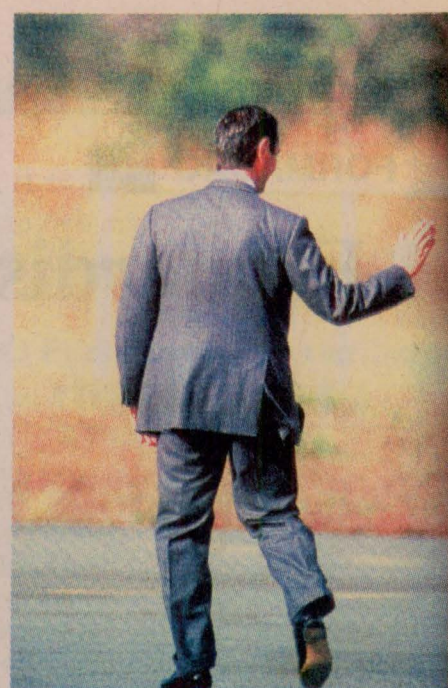


CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Projetado e desenvolvido por: _____
Data de nascimento: _____
Profissão: _____



FATOS E INTRIGAS



Livro analisa o comportamento nada isento dos meios de comunicação durante a ascensão e queda do governo de Fernando Collor de Mello

CARLOS POMPE

Foi lançado no final do ano passado o livro *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor* (Cia. das Letras), de Mario Sergio Conti. O autor foi diretor do semanário *Veja* durante o governo de Fernando Collor de Mello. A editora Abril, que publica *Veja*, lhe deu licença remunerada desde o final de 1997 para escrever o livro. Talvez por isso, foi acusado de estar a serviço de uma guerra entre grupos profissionais rivais. Em 1992 Conti foi o primeiro brasileiro a receber da World Press Review, dos Estados Unidos, o título de Editor do Ano. Jornalistas que critica, criticaram o livro. Jornalistas que elogiaram, consideraram a obra um divisor de águas na avaliação da imprensa brasileira. Os empresários do setor evitaram avaliar o livro, optando por referir-se aos “avanços” que detectam nos meios de comunicação brasileiros. A exceção foi a *Gazeta Mercantil*, que publicou editorial na primeira página do jornal para rebater acusações de suborno contra um de seus diretores.

Relato de episódios comprometedores

Conti, por seu lado, evitou atritos com os empresários. Chegou mesmo a isentá-los de responsabilidade no apoio rasgado ao adversário de Lula nas eleições de 89. Para ele, como disse em entrevista, “Collor se fez em função de jornalistas, não de patrões”. Seu livro, contudo, relata inúmeros casos no mínimo comprometedores das relações entre os políticos da elite dominante e os empresários dos meios de comunicação. Mesmo assim, o autor

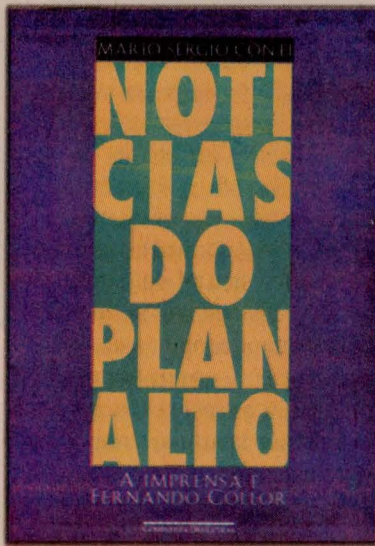
confessa: “Espero não ter fechado nenhuma porta, porque ainda sou jornalista e quero continuar sendo”.

Notícias do Planalto apresenta as relações dos grandes meios de comunicação com o governo Collor; conta episódios da história de veículos tradicionais, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e as redes de televisão; apresenta pequenas biografias de empresários e profissionais de comunicação e tem por pano de fundo o enfrentamento entre os setores populares e as elites governantes à época da formação da Frente Brasil Popular. Os partidos políticos, contudo, são secundários na abordagem dada pelo livro aos fatos que levaram à eleição e depois à queda de Fernando Collor. Mario Sérgio Conti entrevistou 141 pessoas, realizou pesquisas e apresenta 1.200 personagens nas 719 páginas de *Notícias do Planalto*.

Famílias e filiações nas comunicações

Observa, por exemplo: “No jornalismo brasileiro há famílias e filiações. Nas empresas, as famílias são estabelecidas com solidez e, se há mais de um herdeiro, podem entrar em crise na passagem do mando de uma geração para outra. Nas redações, as famílias e filiações estão sempre mudando. Os laços se criam e se dissolvem ao sabor das coberturas, que fazem deslanchar e brecam carreiras, firmando linhagens ao longo do tempo”.

Esse mesmo aspecto foi abordado com mais contundência por Samuel Wainer, no seu livro *Minha razão de viver*, quando escreveu que *O Estado de S.*



Paulo, “por exemplo, reflete os humores, indiosincrasias, valores e preconceitos dos ‘Mesquita’”. *A Folha de S. Paulo* é a família Frias, *O Globo* é Roberto Marinho, *O Jornal do Brasil* é a família Nascimento Brito. (...) Trata-se, por sinal, de uma distorção que ocorre com mais frequência e nitidez nos países sem tradição de partidos fortes. (...) Por trás da aparente independência que ostentam, já que não são ligados a partidos, os jornais são o que seus donos desejam que sejam”.

Interessante também o tratamento de Conti à presença da televisão nas disputas pelo voto, remetendo ao primeiro debate entre John Kennedy e Richard Nixon, em 26 de setembro de 1960, quando disputavam a Presidência dos Estados Unidos: “De 1960 em diante, os candidatos presidenciais americanos se esforçaram em ser telegêncios: políticos com uma boa performance televisiva. Aparência, idade, apresentação, articulação verbal, roupas, gestos, rapidez de raciocínio, postura, beleza e desenvoltura ante as câmeras ganharam relevância nas campanhas eleitorais”. Conti lembra

que, em 1989, “*O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* tinham uma tiragem somada de menos de 1 milhão de exemplares diários – pouco mais de 1% dos brasileiros em condições de votar. Já a televisão chegava a praticamente todos os 82 milhões de eleitores”...

Conselhos úteis do vice-presidente da Globo

Sabendo disso, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, então o principal dirigente da Rede Globo de Televisão, sugeriu a Collor que, para enfrentar Lula no último encontro televisivo, “dêse uma volta pelo estúdio antes de começar o debate, para aquecer, soltar o corpo e ficar um pouco suado. Para parecer que estivera envolvido em alguma atividade, e não descansando. Tinha de controlar sua loquacidade, esforçando-se para falar devagar. Precisava enfatizar os pontos principais de sua fala, com expressões faciais e gestos com a mão. (...) Boni aconselhou o candidato a levar várias pastas ao último debate, o que não havia feito no primeiro. Com as pastas, daria a entender não só que dominava vários assuntos, mas que numa delas poderia haver novas denúncias contra Lula. Dessa maneira, atemorizaria o adversário. Por fim, o vice-presidente da Globo recomendou que Collor não proferisse o nome de Lula. Que usasse uma expressão neutra: ‘o outro candidato’”.

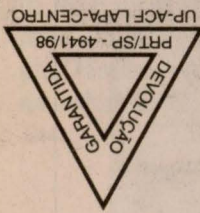
Luta sem fronteiras pelo mercado

O livro revela algo, também, da disputa entre os meios de co-

municação – um visando derrubar, destruir o outro, apesar da fraseologia sobre “ética” sempre usada nos editoriais. Assim, ficamos sabendo que anunciantes contaram ao dono do *Jornal do Brasil* que o jornal *O Globo* “concedia descontos formidáveis, desde que não colocassem propaganda no *JB*”. Ou então, que os donos de bancas de revistas eram ameaçados pela Editora Abril: “se vendessem as revistas da (Editora) Três, não receberiam as da Abril”.

A informação privilegiada é outra fonte de bons negócios para os empresários das comunicações: “Quando Delfim Netto era ministro da Agricultura, no governo Figueiredo, Ruy Mesquita (dono do *Estado de S. Paulo*) o encontrou numa festa de casamento. Delfim disse ao jornalista que se ele estivesse no lugar de Mário Henrique Simonsen, o ministro da Fazenda, promoveria uma maxidesvalorização da moeda nacional em relação ao dólar. Quando Delfim assumiu a Fazenda, o Grupo Estado investiu no dólar e veio a maxidesvalorização. Com a venda das ações e a máxi, a empresa pôde saldar sua dívida com o Banco de Boston.”

A leitura de *Notícias do Planalto* evidencia a relação incestuosa entre os grandes meios de comunicação, as grandes empresas e as elites governantes. O livro mostra um flagrante do Estado como um gestor dos interesses da grande burguesia, em detrimento da nação. Essa relação era anterior à ascensão de Collor e manteve-se após a sua derrubada. Não é por acaso que o governo de Fernando Henrique Cardoso goza do apoio unânime dos grandes meios de comunicação. ■



IMPRESSO
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel.: 0 11 3104 4140
A CLASSE OPERÁRIA